

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS**  
**NÍVEL DE MESTRADO EM LETRAS**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO LINGUAGEM E SOCIEDADE**

**Predicado Nominal em Posição Temática: Papéis Modalizadores**

**Cascavel**  
**2007**

**FERNANDA PEDRITA VICENTI**

**PREDICADO NOMINAL EM POSIÇÃO TEMÁTICA: PAPÉIS MODALIZADORES**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade. Linha de Pesquisa: Funcionamento dos Mecanismos Lingüísticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Aparecida Feola Sella

Cascavel  
2007

## FOLHA DE APROVAÇÃO

### Predicado Nominal em Posição Temática: Papéis Modalizadores

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras, nível de mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, em 02 de Março de 2007.

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lourdes Kaminski Alves – UNIOESTE  
Coordenadora

---

Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo – UEM  
Membro Efetivo (Convidado)

---

Prof. Dr. Jorge Bidarra – UNIOESTE  
Membro Efetivo (da instituição)

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Aparecida Feola Sella– UNIOESTE  
Orientadora

Cascavel, 20 de Março de 2007.

## DEDICATÓRIA

Aos meus pais e meu esposo Fabrício, com respeito e admiração pela compreensão, presença e apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos a Deus, por estar sempre ao meu lado, conduzindo minhas decisões especialmente nos momentos de dificuldades.

À Dr<sup>a</sup>. Aparecida Feola Sella, que, desde o período de Graduação, tem contribuído para meu crescimento científico e intelectual.

Ao Dr. Jorge Bidarra, Dr. Ivo José Dittrich e Dr<sup>a</sup> Beatriz Helena Dal Molin, pelas contribuições na banca de qualificação.

Às minhas irmãs Amanda e Alana, pela compreensão nos momentos em que estive ausente.

Às amigas Paula e Patrícia, pelo apoio e sincera amizade.

Ao Programa de Mestrado, pela oportunidade de realização do curso de Pós-Graduação.

## RESUMO

VICENTI, F. P. **Predicado Nominal em Posição Temática: Papéis Modalizadores.** 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2007.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Aparecida Feola Sella  
Defesa: 02 de Março de 2007.

O objetivo desta pesquisa consiste em investigar o papel modalizador do predicado nominal em posição temática a partir da análise de recortes de nível frasal retirados de redações produzidas por candidatos ao vestibular da Unioeste em 2004. O interesse em promover uma análise neste contexto reflete uma tentativa de contribuir, mesmo que minimamente, com o ensino de língua portuguesa, considerando-se que atividades de escrita no ensino médio visam ao preparo de habilidades lingüístico-discursivas dos alunos para a produção da redação de vestibular. Durante o percurso traçado para o desenvolvimento deste trabalho, buscou-se demonstrar que a unidade “predicado nominal + sujeito” representa uma estrutura de teor asseverativo a partir da qual o produtor do texto expõe juízos de valor. A posição temática do predicado nominal serve de parâmetro para o reconhecimento, no plano sintático, de um tipo específico de organização semântica. O enfoque na descrição sintático-semântica acenou para uma avaliação que concilia a posição temática e o teor de modalização acionado pelo predicado nominal. Para tanto, a proposta de Halliday (1985), pautada na estrutura temática da oração, e os estudos sobre modalização realizados por autores como Parret (1988), Castilho e Castilho (1992), Neves (1996), entre outros, subsidiam a hipótese de que o predicado nominal, quando anteposto ao sujeito, possui caráter modalizador. A análise empreendida resultou no reconhecimento de que há uma relação entre o predicado nominal e o teor proposicional exposto no interior do sujeito. Nesse sentido, a proposta de classificação em foco, embora limitada, resume a interpretação obtida por meio de cotejos e contrastes da relação “PN + sujeito”.

Palavras-chave: predicado nominal, posição temática, modalização.

## ABSTRACT

VICENTI, F. P. **Predicação Nominal em Posição Temática: Papéis Modalizadores.** 2007. 149 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2007.

Orientadora: Dr<sup>a</sup> Aparecida Feola Sella  
Defesa: 02 de Março de 2007.

The aim of this research is to investigate the modalization role of the nominal predicate in thematic position from the analysis of textual portions at phrasal level, taken from texts produced by candidates to Unioeste entrance examination, in 2004. The interest in promoting an analysis in this context reflects an attempt to contribute, yet minimally, with the teaching of Portuguese, considering that the writing activities at high school aim to prepare the students' linguistic-discursive abilities for the text production at the entrance examination. During the route traced for the development of this work, we tried to demonstrate that the unity "nominal predicate + subject" represents a structure of asseverative content from which the text producer exposes value judgments. The thematic position is used as a parameter for the recognition, in the syntactic plan, of a specific type of semantic organization. The delimitation of a syntactic-semantic description conducted an evaluation that joins the thematic position and the modalization content activated by the nominal predicate. For this reason, Halliday's (1985) theory, based on the thematic structure of the clause, and the studies on modalization made by authors like Parret (1988), Castilho and Castilho (1992), Neves (1996), among others, support the hypothesis that the nominal predicate, when placed before the subject, plays a modalization role. The analysis carried out resulted in the recognition of a relationship between the nominal predicate and the propositional content exposed inside the subject. In this sense, the classification proposed in this work, although limited, summarizes the interpretation derived from comparisons and contrasts of the relationship "PN + subject".

Key-words: nominal predicate, thematic position, modalization.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	
<b>ABSTRACT</b> .....	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>1 DESCRIÇÕES RELATIVAS AO SUJEITO E AO PREDICADO NOMINAL PRESENTES NA GRAMÁTICA TRADICIONAL</b> .....	<b>14</b>
1.1 UM OLHAR ÀS DEFINIÇÕES DE SUJEITO E PREDICADO NOMINAL .....	14
1.2 ORAÇÃO E FRASE .....	18
1.3 DO SUJEITO E DO PREDICADO .....	20
1.4 O PREDICADO NOMINAL .....	24
<b>2 POSIÇÃO TEMÁTICA E MODALIZAÇÃO</b> .....	<b>29</b>
2.1 SOBRE A FUNÇÃO TEMÁTICA.....	29
2.1.1 A estrutura temática.....	32
2.1.2 Tema não marcado e tema marcado .....	35
2.2 MODALIZAÇÃO.....	49
2.2.1 O conceito e tipos de modalização .....	49
2.2.2 Enfocando alguns recursos modalizadores .....	60
2.2.3 Predicado Nominal como modalizador .....	65
<b>3 APRESENTAÇÃO DO CORPUS E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE</b> .....	<b>70</b>
3.1 COMENTANDO O PERFIL DAS REDAÇÕES .....	70
3.1.1 Sobre a proposta .....	72
3.1.2 Sobre a temática.....	73
3.2 SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i> .....	76
3.3 ORGANIZAÇÃO DOS RECORTES.....	78
3.3.1 Predicado Nominal Avaliativo .....	79
3.3.1.1 <i>PN Avaliativo / Declarativo</i> .....	81
3.3.1.2 <i>PN Avaliativo / Hipotético</i> .....	82
3.3.2 Predicado Nominal Propositivo .....	83
3.4 DISCUTINDO O PERFIL DO SUJEITO.....	84

<b>4 ANÁLISE DOS RECORTES</b> .....	<b>89</b>
4.1 GRUPO AVALIATIVO – PN DECLARATIVO.....	89
4.2 GRUPO AVALIATIVO – PN HIPOTÉTICO .....	94
4.3 GRUPO PROPOSITIVO.....	98
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	
<b>ANEXOS</b> .....	

## INTRODUÇÃO

Relatamos, aqui, parte das discussões sobre o ensino de língua contempladas nas atividades propostas pela Linha de Pesquisa “Funcionamento dos Mecanismos Lingüísticos”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Unioeste. Trabalhos anteriores, cujo objetivo maior era promover reflexões sobre o funcionamento da língua em contextos escritos, orientaram o presente trabalho. Dentre os encaminhamentos da Linha de Pesquisa, que conta com a participação e colaboração de alunos do Curso de Graduação em Letras e do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, seguimos trabalhos sobre arranjos sintático-semânticos que sustentam pontos de vista, determinando condições de interlocução.

As discussões que inicialmente suscitaram as reflexões desta pesquisa surgem da necessidade de se rever o trabalho com a Língua Portuguesa no Ensino Médio, especialmente na etapa pré-vestibular, momento em que os alunos precisam demonstrar habilidades suficientes para lidar com a articulação textual.

Os textos produzidos nas aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio, bem como as redações de vestibular, refletem uma produção textual cuja prática comunicativa é, em parte, simulada. Os alunos normalmente recebem instruções que visam à composição de um texto opinativo, dentre as quais destacam-se a defesa e/ou refutação de um ponto de vista. Mesmo sendo uma forma particular de comunicação entre o aluno e o professor, ou entre o candidato ao vestibular e o corretor da banca, as redações produzidas nesses contextos são desprovidas de

relação com uma situação de comunicação autêntica, uma vez que a produção textual é instaurada com fins de aprovação (DOLZ; SCHENEUWLY, 1997).

Embora seja possível verificar que os alunos fazem uso de estratégias argumentativas a partir das quais tentam estabelecer determinadas orientações conclusivas, observa-se uma fragilidade em termos de coerência e organização dos argumentos no texto. Como o contexto não referencia uma situação real de interlocução, os alunos apresentam dificuldades em estabelecer vínculos geralmente esperados para o tipo de texto indicado. Além disso, a preocupação excessiva com a estrutura do texto parece influenciar uma produção menos comprometida com a articulação de argumentos.

Os comentários acima foram referendados pela análise do *corpus* da presente pesquisa, composto por porções textuais retiradas de redações produzidas por candidatos ao vestibular da Unioeste, em 2004. Trata-se de recortes ao nível frasal que retratam o funcionamento de elementos lingüísticos responsáveis pela organização do próprio texto. Despertou interesse a recorrência ao uso do predicado nominal anteposto ao sujeito<sup>1</sup>, o que permitiu verificar certo teor de modalização ditado por esta estrutura.

É importante esclarecer que a delimitação do objeto de análise ocorreu após um processo de seleção e cotejo das ocorrências. A princípio, foram analisadas 258 redações, em que se observou o uso do predicado nominal na ordem canônica (sujeito + predicado nominal) e anteposto ao sujeito (predicado nominal + sujeito). Havia a perspectiva, nesta ocasião, de se trabalhar com a unidade “parágrafo”, porém, nos momentos de orientação, verificou-se que o pouco tempo demandava

---

<sup>1</sup> Conforme se verá na seqüência, tal posição sintática é referida, no interior deste trabalho, como posição temática, tomando-se como referência a proposta de Halliday (1985).

uma pesquisa mais delimitada, o que nos levou a lançar o olhar, então, para estruturas de nível frasal.

Após a realização de algumas análises ainda iniciais das redações, selecionaram-se trechos com “predicado nominal a partir de sua posição sintática”, considerados peculiares nos espaços textuais verificados. Inicialmente, percebeu-se que o predicado nominal, nas ocorrências em que mantém a posição canônica, expressa teor mais constativo, em que o produtor do texto expõe informações ou mesmo opiniões que qualificam o conteúdo do sujeito. Por outro lado, quando anteposto ao sujeito, observou-se que o PN<sup>2</sup> sinaliza o posicionamento do produtor do texto, estabelecendo teor de modalização com relação ao conteúdo que está sendo avaliado.

Deste modo, a unidade de análise centrou-se não mais no parágrafo, mas numa porção a ele atrelada. Tal decisão gerou novas observações e o processo de seleção e classificação de ocorrências demonstrou a possibilidade de formação de dois grupos, a partir da posição sintática do PN. Contudo, novamente em função do tempo limitado para a conclusão da pesquisa, optou-se por analisar apenas os recortes em que o predicado nominal aparecia anteposto ao sujeito (PN + sujeito). Deste modo, após análises revistas durante a orientação, selecionaram-se, de 29 redações, 32 ocorrências julgadas representativas para o tipo de estudo pretendido.

Cabe relatar que o perfil das redações das quais foram retiradas as porções textuais analisadas contribuiu para a delimitação da proposta apresentada neste trabalho. Primeiramente, as redações produzidas por candidatos ao vestibular refletem parte das produções textuais de contexto escolar; o tipo dissertativo e o

---

<sup>2</sup> A expressão “predicado nominal” será, por vezes, referida como PN.

tema “Os transgênicos, o homem e o meio ambiente” (ANEXOS, p. 115)<sup>3</sup> acomodam o aparecimento de “opiniões” emitidas pelo produtor do texto<sup>4</sup>.

Os passos que conduziram a pesquisa foram traçados a partir da descrição do predicado nominal presente em manuais tradicionais. Assim, no primeiro capítulo, apresentamos um breve histórico acerca das concepções tradicionais nas quais estão pautados os conceitos de sujeito e predicado. Procurou-se descrever, neste capítulo, a sintaxe promovida pela gramática tradicional, a qual descreve o predicado nominal como uma categoria inferior se comparado ao predicado verbal. O roteiro traçado pelos manuais tradicionais demonstra lacunas quando se tenta verificar o funcionamento do predicado nominal em enunciados concretos, o que sugeriu a busca por autores que reconhecem o papel do predicado nominal em âmbito que ultrapassa sua característica sintática.

Esclarecemos que a recorrência ao termo “predicado nominal” e, conseqüentemente, às funções assumidas nas orações revela uma caminhada singular. Primeiramente, é preciso mencionar que a proposta de Sella (2004), Sella e Roman (2004) e Busse (2004), a qual orientou algumas das hipóteses aqui levantadas, sugere que o predicado nominal comporta-se como núcleo do parágrafo. Porém, as análises das redações evidenciaram que seria possível um outro enfoque, uma vez que o conteúdo do sujeito recebe mais diretamente a influência do PN, especialmente quando aparece em posição inicial. Portanto, do segundo capítulo constam pistas teóricas que possibilitaram verificar a hipótese de que o predicado nominal sinaliza uma avaliação lançada pelo produtor do texto diante do conteúdo

---

<sup>3</sup> Encontra-se, nos anexos, a proposta para produção de redação sugerida pela comissão de vestibular da Unioeste de 2004.

<sup>4</sup> É oportuno esclarecer que, como as análises propostas partem de produções escritas, adotamos a expressão “produtor do texto” para referenciar a autoria dos textos a partir dos quais foram retirados os recortes que compõem o *corpus*. Este termo é também adotado em trabalhos de autores como Koch (2003, 2004a e 2004b), Sella (2000), Sella e Roman (2004) e Busse (2004), como referência a um tipo específico de locutor, isto é, o produtor de textos escritos.

exposto no sujeito. Neste trabalho, os termos “predicado nominal” e “sujeito” podem ser concebidos como um espaço sintático-semântico que acomoda, respectivamente, o que se costuma denominar, geralmente, *modus* e *dictum*. A proposta de Halliday (1985), pautada na estrutura temática da oração, subsidiou o entendimento da função semântica assumida pelo predicado nominal, tendo em vista sua posição sintática.

A relação PN + sujeito demonstrou também a possibilidade de se avaliar efeitos de sentido diante de ocorrências distintas: tipos diferentes de adjetivos, componentes do predicativo, perfil sintático do sujeito (oração reduzida, deslocada ou sintagma nominal); perfil dos verbos que formam as reduzidas, etc. Tais dúvidas foram amparadas de forma satisfatória nos estudos de Parret (1988), Castilho e Castilho (1992), Koch (2004a), entre outros, considerando-se especialmente que estes autores verificam o comportamento que recursos chamados modalizadores assumem nos espaços textuais em que aparecem.

No terceiro capítulo, estão presentes a descrição e os procedimentos que conduziram a análise do *corpus*, cujo enfoque recai sobre o comportamento do predicado nominal e o relacionamento estabelecido com o sujeito, conforme anunciado anteriormente. O quarto e último capítulo apresenta uma tentativa de sistematizar as ocorrências tomadas como objeto de análise. Cabe esclarecer que as considerações aqui apresentadas não devem ser vistas como esgotadas, haja vista refletirem uma tentativa inicial de captar as relações sintático-semânticas presentes em textos.

## **1 DESCRIÇÕES RELATIVAS AO SUJEITO E AO PREDICADO NOMINAL PRESENTES NA GRAMÁTICA TRADICIONAL**

Neste capítulo, objetiva-se apresentar um breve histórico sobre a concepção bipartida da oração (sujeito e predicado) a partir de conceitos presentes na gramática tradicional. Para tanto, buscou-se a sondagem das noções de oração e frase e o binômio sujeito/predicado, com enfoque no predicado nominal.

### **1.1 Um olhar às definições de sujeito e predicado nominal**

No interior da gramática tradicional, a oração é conceituada como uma estrutura sintática organizada a partir de um sistema binário, pautada na presença dos termos sujeito e predicado. Percebe-se que grande parte dos conceitos sintáticos, bem como os de teor mais semântico, presentes nos manuais tradicionais, conservam princípios da proposição grega legada por Aristóteles e, posteriormente, presentes na Gramática de Port Royal.

Sanmartín (cf. ARISTÓTELES, 1995), na introdução dos Tratados de Lógica (*Órganon II*), relata que a distinção dos elementos que compõem a proposição sugerida por Aristóteles pode ser considerada como o primeiro esboço histórico de uma teoria gramatical sistemática. Na promoção da divisão e definição dos termos da proposição, encontram-se muitos dos conceitos referentes à estrutura da oração

presentes nos manuais tradicionais. Um deles, talvez o mais recorrente na tradição gramatical, referencia os estatutos essencial e acessório dos termos da oração.

Segundo Gardeil (1967), nos primeiros discernimentos propostos por Aristóteles, as partes essenciais da proposição compreendem dois grupos de elementos ditos significativos, sendo um deles representado pelos nomes, e o outro, pelos verbos. Já os termos acessórios correspondem aos elementos que não têm significação senão enquanto modificam um termo essencial. São eles os adjetivos, os advérbios e as preposições.

O sentido que a proposição adquire na teoria gramatical grega permite verificar por que o nome e o verbo são considerados elementos essenciais. Gardeil (1967) explica que, além de referenciar o relacionamento entre dois termos, a proposição retrata uma unidade discursiva que verbaliza a expressão de juízos de valor, isto é, a unidade do discurso que envolve sempre um julgamento a respeito de algo. A concepção da proposição como unidade representativa do julgamento implica pelo menos, segundo o autor, a presença de um nome, exercendo a função de referente (sujeito), e de um verbo, que constitui a essência do próprio julgamento.

Neste sentido, o verbo *ser* é considerado o verbo essencial, uma vez que as outras formas verbais, de certa forma, o contêm. Gardeil (1967) aponta que, mesmo quando não realizado explicitamente na proposição, o verbo *ser* (ou cópula) está sempre implicitamente contido no verbo. Como ilustração, o autor sugere os exemplos *O sol brilha* e *o sol é brilhante*, para corroborar a afirmação de que “toda proposição pode, portanto, ser do tipo nome-sujeito, verbo-cópula, nome-predicado” (GARDEIL, 1967).

Este tipo de referência ao verbo *ser* pode ser também percebida na Gramática de Port Royal. Quando conceituam a proposição, Arnauld e Lancelot

estabelecem que, além de unir os termos sujeito e predicado, o verbo cópula exerce função indispensável na expressão do julgamento.

O julgamento que fazemos das coisas como quando digo: A Terra é redonda se chama PROPOSIÇÃO; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; e outro chamado atributo, que é o que se afirma, como *redonda*; além da ligação entre esses dois termos, é. (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 30).

Mesmo reconhecendo que o verbo *ser* realiza na proposição a função de ligação entre o sujeito e o nome-predicado ou atributo, Arnauld e Lancelot não se referem à cópula apenas como um mero conectivo. Em Port Royal, este verbo é considerado um dos elementos responsáveis pela expressão do discurso em que se inclui algum juízo de valor, isto é, “a ação de nosso espírito, que afirma o atributo do sujeito” (Ibid., p. 81).

Contudo, embora entendam que o verbo de ligação possua um estatuto particular na expressão do julgamento, Arnauld e Lancelot (2001) não chegam a afirmar que ele seja um verbo essencial.

Se, porém, as pessoas tivessem se contentado em atribuir ao verbo a significação geral de afirmação, sem acrescentar qualquer atributo particular, não se teria tido necessidade senão de um só verbo em cada língua, aquele que é chamado substantivo (ARNAULD; LANCELOT, 2001, p. 82).

Arnauld e Lancelot não citam nenhum exemplo para ilustrar essa afirmação, e fica a impressão de que “um atributo particular” significa uma espécie de circunstância (como, por exemplo, um advérbio) em que se deu o processo evidenciado na proposição.

Borba (1972), ao comentar sobre as frases nominais, explica que os gregos, a fim de corroborarem seu raciocínio, simularam exemplos que os levaram a crer que o verbo *ser* era mesmo o único verbo dito necessário:

Já os antigos filósofos gregos sentiam a diferença entre estes dois tipos de frases, mas reduziram-nas a um tipo único, introduzindo um verbo-substantivo na frase verbal. Ex. O cavalo corre = o cavalo é corredor. Levaram-nos a isso idéias metafísicas. Iludidos pela expressão verbo-substantivo opuseram a substância representada por este verbo aos acidentes expressos pelos atributos (BORBA, 1972, p. 260).

O comentário de Borba indica que a essencialidade do verbo *ser* pauta-se em um princípio muito restrito, pois não atinge grande parte das frases possíveis em uma língua. Se, por exemplo, a sentença *Pedro joga* pode ser convertida em *Pedro é jogador*, o mesmo não se pode afirmar sobre *Pedro joga a bola com muita força*.

O escopo dessa pesquisa não envolve, contudo, discussões sobre a essencialidade do verbo de ligação. Dos estudos gramaticais gregos e de Port Royal, absorvemos a consideração de que a unidade que acomoda o verbo de ligação referencia uma estrutura lingüística que veicula juízos de valor, fato este não apresentado de forma clara na gramática tradicional.

Para uma discussão referente aos estudos tradicionais, apresentamos, na seqüência, as concepções de oração e frase, sujeito e predicado nominal expostas nas obras *A Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida; *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra; *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*, de Domingos Pascoal Cegalla; *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara, *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*, de José de Nicola e Ulisses Infante; e *Gramática em 44 Lições*, de Francisco Platão Savioli.

Vale destacar que as gramáticas de Almeida (1999), Cunha e Cintra (2002) e Cegalla (1978) apresentam encaminhamentos semelhantes no que diz respeito à descrição e avaliação da estrutura da oração. Verifica-se, nestas obras, um perfil tipicamente tradicional, diferente do que se constata nos manuais de Nicola e Infante (1994), Bechara (1982) e Saviolli (1997). Bechara, por exemplo, apesar de não desenvolver explicitamente aspectos pragmáticos envolvidos na linguagem, não descarta a relevância da situação e do contexto para a interpretação dos enunciados. Nicola e Infante, por outro lado, demonstram algum comprometimento com os aspectos semânticos implicados no processo de compreensão dos elementos lingüísticos.

A recorrência a esses gramáticos se explica devido à presença de suas obras nos cursos de Graduação e nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, e, por isso, servem como uma espécie de convite para a reflexão sobre o uso de conceitos presentes nesses manuais.

## **1.2 Oração e frase**

Dentre os manuais consultados, verificam-se diferentes posicionamentos em relação à definição de frase e oração. Em termos sintáticos, Almeida (1999) considera a presença do verbo o marco decisivo para a distinção entre frase e oração. Contudo, enfatiza aspectos lógico-semânticos para explicar a diferença entre essas duas unidades. Para o autor, a frase é a reunião de termos em uma unidade significativa que virá a ser uma expressão completa do pensamento quando

encerrar uma declaração. As orações são identificadas tomando-se como parâmetro classificatório o sentido. Deste modo, podem ser declarativas (negativas e positivas), interrogativas (diretas e indiretas), exclamativas, optativas e imperativas. Interessante observar que, justamente na parte definida como “sintaxe”, os aspectos sintáticos são pouco explorados. Almeida (1999) explica, por exemplo, que a oração declarativa positiva encerra um juízo positivo, como em *Pedro é estudioso*, e a negativa encerra uma negação, como em *Pedro não é estudioso*. Contudo, se é o “sentido” o critério que classifica os tipos de oração, e não a formação sintática, há de se reconhecer que um juízo negativo também pode ser expresso por meio de uma oração afirmativa, ou, nos termos do próprio autor, uma oração positiva, como em *Pedro é preguiçoso*.

Cegalla (1978) também recorre a conceitos lógico-semânticos para descrever a frase. Para este autor, a frase “é todo o enunciado capaz de transmitir o que pensamos, queremos ou sentimos” (CEGALLA, 1978, p. 211) e a oração “é a frase de estrutura sintática que apresenta, normalmente, sujeito e predicado, e, excepcionalmente, só o predicado” (Ibid., p. 213) . Os exemplos utilizados pelo autor para ilustrar os diversos tipos de frases (desde uma única palavra, que não necessariamente precisa ser um verbo, até o período mais complexo) correspondem, em parte, ao que Almeida (1999) considera como tipos de orações (declarativas, interrogativas, imperativas, exclamativas, optativas, imprecativas). As frases declarativas estão subdivididas em afirmativas e negativas, mas, assim como Almeida, Cegalla as define como “a declaração ou enunciação de um juízo acerca de alguém ou de alguma coisa” (CEGALLA, 1978, p. 212), o que parece não ser corroborado por seus exemplos. As frases sugeridas pelo autor, *Os guerreiros*

*tabajaras despertam e Nesta noite não pensei mais na moeda*, não recebem uma explicação detalhada.

Cunha e Cintra (2002) definem a oração a partir da presença de um verbo, e a frase, como a unidade mínima de comunicação e de sentido completo que pode ser formada por uma só palavra, ou várias, contendo ou não um verbo.

Nicola e Infante (1994) recorrem, assim como Cunha e Cintra (2002), à função comunicativa como eixo norteador para conceituar frase: “A frase pode ou não organizar-se ao redor de um verbo; o que a caracteriza é a finalidade comunicativa, a intenção de transmitir um conteúdo informativo ou afetivo” (NICOLA; INFANTE, 1994, p. 241). Além da tradicional classificação quanto ao sentido, os autores promovem uma divisão pautada nos núcleos nominal e verbal para distinguir as frases com verbos de ligação daquelas com verbos transitivos e intransitivos.

Bechara (1982), diferentemente dos demais gramáticos consultados, não utiliza o termo “frase” no espaço reservado ao estudo das noções gerais de sintaxe. Define a oração como “a menor unidade de sentido do discurso”, e as classificações referentes ao sentido e aos elementos constituintes da frase promovidas nos demais manuais referenciam, em sua obra, o estudo da oração. Apesar de citar como exemplo orações compostas por um só vocábulo, Bechara não descarta o sujeito e o predicado (e, portanto, o verbo) como elementos essenciais da oração.

### **1.3 Do sujeito e do predicado**

Em boa parte dos manuais tradicionais de língua portuguesa, há um capítulo dedicado à estrutura da oração, o qual serve como unidade referente para o estudo do sujeito e do predicado. Nos seis manuais consultados, o conceito de sujeito é apresentado como “ser de quem se declara alguma coisa”, e do predicado, “aquilo que se declara do sujeito”.

Almeida (1999) define o sujeito como um termo independente e essencial na oração: “pelo próprio fato de ser sujeito, e, por conseguinte, constituir aquilo de que se declara alguma coisa, o sujeito poderá ter complemento, mas não ser complemento” (ALMEIDA, 1999, p. 412). Essa aceção sugere que uma hierarquia se instaure no interior da oração, de forma que o predicado esteja sempre subordinado ao sujeito<sup>5</sup>.

Cunha e Cintra (2002) chegam a iniciar uma classificação semântica. Mencionam, na parte que denominam “Da atitude do sujeito”, um agente e um paciente que ocorrem com verbos de ação, e uma espécie de sujeito exposto a uma avaliação que ocorre com verbo de estado. A este respeito, os gramáticos explicam que “quando um verbo evoca estado, a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é o agente nem o paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve”(CUNHA; CINTRA, 2002, p.131).

Cegalla (1978), por sua vez, ao definir o sujeito, recorre ao formato interno do sintagma nominal e às noções de atividade e passividade. Embora nas demais gramáticas consultadas estes sejam também alguns dos critérios classificatórios do termo identificado como sujeito, na obra de Cegalla, não há distinção alguma sobre

---

<sup>5</sup> Merece observação o fato de Almeida (1999) explicar que o sujeito pode acomodar um complemento, o que, de certa forma, o torna um termo comparável aos objetos. Contudo, o autor não desenvolve tal idéia.

qual aspecto está sendo avaliado. Em sua classificação, o sujeito pode ser a) simples, se possuir apenas um núcleo (*As rosas têm espinhos*); b) composto, se possuir mais de um núcleo (*O burro e o cavalo nadavam ao lado da canoa*); c) claro, quando expresso na oração (*Eu viajarei amanhã*); d) elíptico ou oculto, quando não expresso na oração, mas subentendido pela desinência verbal (*Viajarei amanhã*); e) agente, quando executa a ação expressa pelo verbo na voz ativa (*O Nilo fertiliza o Egito*); f) paciente, quando sofre a ação expressa pelo verbo passivo (*O criminoso é atormentado pelo remorso*); g) agente e paciente, quando executa e sofre a ação indicada pelo verbo (*O operário feriu-se*); e h) indeterminado, quando não se indica o agente da ação verbal (*Atropelaram a senhora na esquina*).

Na descrição proposta por Cegalla (1978), é possível constatar a recorrência a critérios distintos para a análise de cada tipo de sujeito. Quando define que o sujeito é simples ou composto, claro ou elíptico, percebe-se a referência a um critério sintático; já os rótulos agente e paciente, bem como a indeterminação do sujeito, resgatam conceitos semânticos.

Savioli (1997) apresenta uma distribuição de conteúdo diferenciada das demais gramáticas consultadas. Além dos conceitos referentes ao sujeito e ao predicado, este gramático aborda os tipos de sujeito, a partícula apassivadora *se* e o índice de indeterminação do sujeito. Em relação à identificação do sujeito, o autor apresenta três critérios: a) o critério de concordância, isto é, o verbo está sempre marcado pelo mesmo número e mesma pessoa que o sujeito; b) critério posicional, que indica que o sujeito usualmente precede o verbo e, mesmo que esteja posicionado depois dele, pode-se transportá-lo “naturalmente” para a posição anterior ao verbo; e c) permutação, quando o núcleo do sujeito é um substantivo, pode ser permutado pelos pronomes *ele*, *ela*, *elas*.

O segundo critério sugerido por Savioli permite questionar a possibilidade de se converter a ordem *sujeito + predicado* na seqüência *predicado + sujeito* sem que se corra o risco de alterar o sentido da oração. Ao determinar que o sujeito pode “naturalmente” ser transportado para antes ou depois do predicado, Savioli demonstra que a organização sintática dos termos da oração pode ser considerada arbitrária e não proposital. Contudo, conforme se verá neste trabalho, a opção por uma ou outra posição sintática revela também um tipo específico de organização semântica.

Nicola e Infante (1994), diferentemente de grande parte dos gramáticos que aceitam ser o sujeito o termo com o qual o verbo deve concordar, entendem que o sujeito é que concorda com o verbo em número e pessoa. O ponto de vista aqui, em termos hierárquicos, é bem diferente. Para estes gramáticos, o verbo parece ser o termo regente ao qual o sujeito estaria subordinado. Mesmo sendo destoante entre as gramáticas tradicionais, essa definição não é, contudo, desenvolvida.

Embora verifiquem, como outros gramáticos, que o sujeito “é normalmente o ser de quem se declara algo”, Nicola e Infante (1994) assumem mais abertamente que sujeito não é um termo essencial da oração, já que reconhecem as orações formadas exclusivamente pelo predicado. Além disso, observam que a descrição do sujeito como agente, freqüentemente utilizada para descrever este termo nos manuais de língua portuguesa, não se sustenta no âmbito semântico. Para os autores, essa definição

[...] apresenta dois inconvenientes muito sérios, pois não leva em conta o fato de que muitos verbos não exprimem ação, e deixa de lado o fato de muitos sujeitos sofrerem a ação [...] Quem pratica a ação expressa pelo verbo é o agente (literalmente ‘aquele que age’) do processo verbal, que pode ou não coincidir com o sujeito. (NICOLA; INFANTE, 1994, p. 247).

O sujeito é identificado, na obra destes gramáticos, como “o tema do que se vai comunicar”, e o predicado consiste na “parte da frase que contém a informação nova para o ouvinte” (NICOLA; INFANTE, 1994 p. 243). Normalmente, o predicado se refere ao tema (sujeito), constituindo a declaração do que se atribui ao sujeito<sup>6</sup>.

A consulta aos manuais em pauta revelou que certos conceitos aceitos no interior da lingüística são até reconhecidos por alguns gramáticos. Falta, porém, uma melhor articulação e desenvolvimento dessas definições.

#### **1.4 O predicado nominal**

O verbo de ligação é considerado pela gramática tradicional como um verbo de valor secundário, se comparado aos verbos intransitivos ou transitivos diretos e indiretos. Cunha e Cintra (2002), por exemplo, entendem que os verbos intransitivos e transitivos são significativos, isto é, “trazem uma idéia nova ao sujeito”, o que não ocorre com os verbos de ligação. Neste sentido, os verbos de ligação servem apenas para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal. “Não trazem propriamente idéia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e seu predicativo” (CUNHA; CINTRA, 2002, p. 133). Observa-se que a noção de verbos significativos e não significativos é utilizada na obra destes gramáticos como parâmetro classificatório de verbos, mas os conceitos “significativo” e “não significativo” não são desenvolvidos. Sem maiores esclarecimentos, Cunha e Cintra fazem uma distinção entre os verbos “copulativos” e “significativos”. Recorrem

---

<sup>6</sup> Cabe esclarecer que o uso do termo “tema” é tomado por Nicola e Infante como identificação apenas do sujeito e não necessariamente do elemento em posição inicial.

a exemplos como (1a) e (1b), para corroborarem a afirmação de que o verbo copulativo, em (1a), traz uma idéia nova ao sujeito, o que não ocorre em (1b):

(1a) Estavas em casa

(1b) Estavas triste

Tem-se a impressão de que Cunha e Cintra não consideram como uma idéia nova a “de estar triste”, porque o estado do sujeito não representa, para eles, uma circunstância significativa. A instância significativa, neste caso, é repassada somente ao predicativo.

Almeida, do mesmo modo, entende que a presença do verbo de ligação em uma oração não é exatamente significativa: “como verbo de ligação, o verbo *ser* é quase vazio de sentido, sendo por isso chamado verbo abstrato; é como se não existisse na oração” (ALMEIDA, 1999, p. 240). Segundo este gramático, os verbos de ligação não atribuem qualquer ação ao sujeito, e sim uma qualidade. Tais verbos possuem predicação incompleta, isto é, requerem um complemento que deve ser constituído de qualidade e não de “pessoa ou coisa”. Ao considerar que os verbos de ligação requerem um complemento, o autor sugere, diferentemente dos outros gramáticos estudados, que este verbo seja comparado a um verbo transitivo (que é tradicionalmente considerado um verbo “significativo”).

Nicola e Infante (1994) justificam a afirmação de que o verbo de ligação não é um verbo significativo porque não indica um processo, e sim as circunstâncias referentes ao estado do sujeito. O predicativo é considerado, nesta perspectiva, o núcleo significativo da declaração, pois anula o valor semântico do verbo de ligação. Os autores utilizam a frase *Ele é senhor das suas mãos e das ferramentas* para demonstrar que o verbo *ser* poderia ser substituído por *estar*, *andar*, *ficar*, *parecer*,

*permanecer ou continuar*, pois qualquer um destes verbos atuaria como “elemento de ligação entre o sujeito e as palavras a ele relacionadas” (NICOLA; INFANTE, 1994, p. 253).

Nicola e Infante (1994) não mencionam, contudo, que, semanticamente, a permutação entre *ser, estar, andar, ficar permanecer, parecer* ou *continuar* pode gerar enunciados não correlatos. É o que ocorre em:

- (2a) Maria é bonita
- (2b) Maria está bonita
- (2c) Maria anda bonita
- (2d) Maria continua bonita

Em cada um destes casos, é possível verificar uma atribuição diferente ao sujeito. Em (2a), percebe-se um teor asseverativo que encerra imediatamente uma avaliação permanente, como se fosse indiscutível para o produtor o que ele pensa a respeito do sujeito. Já (2b) evidencia uma avaliação de estado transitório, isto é, o produtor não pensa que Maria seja realmente sempre bonita, mas sim que ela está bonita, por exemplo, com tal roupa ou tal penteado. Em (2c), é possível subentender que, para o produtor, Maria ultimamente está bonita ou mais bonita do que sempre foi. A sentença (2d), por outro lado, pressupõe que Maria não está bonita só agora, mas que anteriormente ela já foi bela. Ou seja, a permuta dos verbos sinaliza pontos de partida diferentes para que se estabeleça a asseveração<sup>7</sup>.

Bechara (1982) distingue, entre os verbos de ligação, aspectos de:

- a) permanência: *O aluno é trabalhador*
- b) estado passageiro: *A rua está deserta*
- c) mudança de estado: *Maria tornou-se estudiosa*
- d) continuidade de estado: *Maria permaneceu satisfeita*

---

<sup>7</sup> O termo “asseveração” corresponde, nesta pesquisa, à avaliação do produtor do texto diante de um determinado conteúdo expresso.

e) aparência: *Maria parecia zangada*

Cegalla (1978), por sua vez, tece um comentário sobre os verbos *ser* e *estar*:

Os verbos de ligação não servem apenas de nexos, mas exprimem ainda os diversos aspectos sob os quais se considera a qualidade atribuída ao sujeito. O verbo *ser*, por exemplo, traduz o aspecto permanente e o verbo *estar*, aspecto transitório (CEGALLA, 1978, p. 226).

Embora reconheçam que os verbos de ligação podem indicar diferentes aspectos referentes ao estado do sujeito, Bechara e Cegalla não deixam de considerar o verbo no predicado nominal um elemento secundário porque não expressa, como no predicado verbal, uma ação, e sim uma qualidade, estado ou condição do sujeito:

Quando o predicado exprime uma ação que o sujeito pratica ou sofre, o verbo constitui seu elemento principal. Daí chamar-se *verbal* a este tipo de predicado. Quando o predicado exprime uma qualidade, estado ou condição, o seu elemento principal é um nome (adjetivo ou substantivo) que se refere a outro nome sujeito, podendo ser um ou ambos os termos representados por pronome. O nome que, no predicado nominal, constitui o elemento principal se diz *predicativo* (Bechara, 1982, p. 202).

Percebe-se que, tradicionalmente, o relacionamento entre o verbo e o sujeito é decisivo para a classificação do próprio verbo como elemento principal ou secundário na oração. Se o verbo exprimir uma ação praticada ou sofrida pelo sujeito, será considerado seu elemento principal; se, por outro lado, expressar um estado, qualidade ou condição do sujeito, será o predicativo e não o verbo o elemento dito significativo.

A posição sintática dos termos em orações com predicado nominal merece também alguma consideração. A única forma de organização mencionada na parte em que as gramáticas referem-se ao predicado nominal corresponde à seqüência *sujeito + verbo de ligação + predicativo*. A ordem em que o predicado nominal é deslocado para a posição anterior ao sujeito (*É bom que estudes*, cf. ALMEIDA, 1999, p. 525) só é citada nos manuais tradicionais no momento em que são trabalhadas as subordinadas subjetivas, mas mesmo assim não se menciona, nesta ocasião, que a oração reconhecida como principal corresponde a um tipo de predicado nominal.

Do referencial exposto neste capítulo, é possível verificar que a gramática tradicional, embora pautada na divisão bipartida da oração estabelecida pela cultura greco-latina, não releva o estatuto significativo do verbo de ligação. Enquanto os manuais tradicionais apresentam a função do verbo de ligação como conectivo entre o sujeito e o predicativo, na obra de Aristóteles e em Port Royal, este verbo sinaliza a expressão de juízos de valor.

Considerando-se, pois, que o predicado nominal merece uma discussão para além da comparação com os outros tipos de predicados, apresentamos, na seqüência, rumos teóricos que representam uma dada possibilidade de explicação neste sentido.

## **2 POSIÇÃO TEMÁTICA E MODALIZAÇÃO**

Este capítulo retrata o levantamento sobre o referencial teórico que subsidia a análise do *corpus*. Considerando-se que o interesse maior desta pesquisa consiste em verificar a função modalizadora assumida pelo predicado nominal anteposto ao sujeito, parte-se do princípio sugerido por Halliday (1985) de que a posição sintática indica um tipo específico de organização semântica. A delimitação, portanto, por uma descrição sintático-semântica do predicado nominal aponta para uma avaliação que concilia posição temática e modalização.

Os estudos sobre modalização desenvolvidos por autores como Castilho e Castilho (1992), Parret (1986), Neves (1996), dentre outros, amparam a hipótese aqui sustentada de que o predicado nominal anteposto ao sujeito retrata determinadas posições assumidas pelo produtor do texto.

O caminho traçado para a estruturação deste capítulo percorre, portanto, na primeira parte, a proposta de Halliday (1985) sobre a estrutura temática da oração e, na seqüência, algumas considerações sobre modalização e recursos modalizadores. Por fim, apresentamos a proposta da qual partiram possíveis reflexões, presente em autores como Sella (2000), Sella e Roman (2004) e Busse (2004), que identificam a função asseverativa do predicado nominal.

### **2.1 Sobre a função temática**

Ao investigar os diversos conceitos referentes ao elemento tradicionalmente denominado como “sujeito da oração”, Halliday (1985) observa que as descrições mais comuns deste termo podem ser resumidas em três diferentes funções:

- 1) sobre o que diz a mensagem
- 2) o elemento sobre o qual recai a predicação
- 3) o agente da ação

O autor apresenta uma reflexão sobre as possibilidades de ocorrência dessas três funções a partir de exemplos em que as funções características do sujeito coincidem em um mesmo item:

- (3a) **The duke** gave my aunt this teapot.  
(3b) **The lion and the unicorn** were fighting for the crown.

Observa-se, nestes exemplos, que os itens destacados preenchem as três funções que definem o sujeito – sobre o que diz a mensagem, o elemento sobre o qual recai a predicação e o agente da ação – o que permitiria identificar o sujeito como o elemento da oração que encerra essas três funções. No entanto, Halliday (1985) reconhece que nem sempre essas funções são assumidas pelo mesmo constituinte. Como ilustração, o autor recorre a exemplos em voz passiva, nos quais as funções em questão são contempladas por itens diferentes.

Embora fuja um pouco do escopo das frases em língua portuguesa, um exemplo dado por Halliday merece ser relatado, pois é possível verificar que, nesta frase, a disposição sintática dos constituintes, além de representar um modo específico de organização, permite uma avaliação do papel semântico assumido por cada um dos itens destacados:

(4a) **This teapot my aunt was given by the duke**

Devido ao reconhecimento de ocorrências como esta, Halliday (1985, p. 33) comenta que, na segunda metade do século XIX, o sujeito passou a ser identificado a partir dessas três funções sob os rótulos de sujeito psicológico, sujeito gramatical e sujeito lógico. A partir dessa classificação, torna-se possível identificar os três tipos de sujeito no exemplo (4a): *this teapot* como sujeito psicológico ou tema da mensagem; *my aunt*, como sujeito gramatical, que referencia concordância com o verbo; e *the duke*, o agente da ação, ou sujeito lógico.

(4b)

<b>This teapot</b>	<b>my aunt was given</b>	<b>by the duke</b>
<b>Sujeito psicológico</b>	<b>Sujeito gramatical</b>	<b>Sujeito lógico</b>

Mesmo não discordando dessas definições, Halliday (1985, p. 35) argumenta que esses conceitos não correspondem a três diferentes aspectos da noção de sujeito. Em função da mobilidade dos elementos constituintes da oração, o autor entende que não há um conceito específico de sujeito, mas sim três funções distintas que podem ou não ocorrer em um mesmo item. Para Halliday, a mudança na configuração das funções em pauta ocasiona uma alteração do sentido da oração. Isto porque a oração é constituída a partir da combinação dessas funções e seu arranjo sintático representa também um tipo específico de organização semântica. Deste modo, Halliday substitui os rótulos sujeito psicológico, sujeito gramatical e sujeito lógico pelos termos tema, sujeito e agente, respectivamente.

(5a)

The duke	gave my aunt	this teapot.
<b>Tema</b>		
<b>Sujeito</b>		
<b>Agente</b>		

(5b)

This teapot	my aunt was given	by the duke
<b>Tema</b>	<b>Sujeito</b> <b>(gramatical)</b>	<b>Agente</b>

(5c)

This teapot	the duke	gave my aunt
<b>Tema</b>	<b>Sujeito</b> <b>(gramatical)</b>	<b>Agente</b>

Há um enfoque específico quando cada uma destas funções torna-se objeto de análise. Interessa a esta pesquisa, sobretudo, a função exercida pelo item temático, o qual, segundo Halliday, permite que a oração seja avaliada no âmbito comunicativo enquanto mensagem.

### 2.1.1 A estrutura temática

Segundo Halliday (1985), a oração constitui-se como mensagem (evento comunicativo) a partir da organização de seus constituintes em um sistema binário, sendo uma de suas partes o tema, e a outra, o rema.

Os elementos que exercem as funções tema e rema são indicados pela posição que ocupam na oração. Deste modo, o tema sinaliza o ponto de partida da mensagem, por isso ocupa a posição inicial, sendo, pois, seguido pelo rema, a parte

da oração em que o tema é desenvolvido (HALLIDAY, 1985, p. 38). Embora a identificação do item temático obedeça a um critério posicional, a definição de tema é, segundo o autor, funcional:

As a general guide the Theme can be identified as the element which comes in the first position in the clause. We have already indicated that this is not how the category of Theme is defined. The definition is functional, as it is with all the elements in this interpretation of grammatical structure. The Theme is one element in a particular structural configuration which, taken as a whole, organizes the clause as a message (HALLIDAY, 1985, p. 39)<sup>8</sup>.

Nos exemplos sugeridos por Halliday, percebe-se que, embora o conteúdo da mensagem seja o mesmo, o foco em cada uma delas direciona o conteúdo do rema de forma diferente:

- (6a) **A half penny** is the smallest English coin.
- (6b) **The smallest English coin** is a half penny.

Verifica-se, em (6a), uma espécie de descrição didática em que o falante<sup>9</sup> explica o sujeito a partir de uma definição (*I'll tell you about a half penny*), enquanto (6b) parece retomar um determinado conteúdo (*I'll tell you about the smallest English coin*). A diferença entre essas duas sentenças pode ser percebida a partir do momento em que se questiona o assunto da mensagem (sobre o que você vai falar?), o que permite com que cada uma destas frases seja interpretada como uma mensagem diferente (HALLIDAY, 1985, p. 39).

---

<sup>8</sup> De modo geral, o tema pode ser identificado como o elemento que aparece em posição inicial na oração. Nós já indicamos que esta não é a forma como a categoria Tema é definida. A definição é funcional, como acontece com todos os elementos nesta interpretação da estrutura gramatical. O Tema é um elemento em uma configuração estrutural particular que, tomada como um todo, organiza a oração como mensagem (HALLIDAY, 1985, p. 39, tradução nossa).

<sup>9</sup> Os termos "falante" e "ouvinte", "locutor" e "interlocutor", "produtor do texto" e "leitor" são utilizados, nesta pesquisa, de acordo com a terminologia usada pelos autores consultados.

Embora Halliday proponha uma distinção bem clara das funções tema, sujeito e agente, a correlação entre tema e sujeito parece inevitável. Isto porque, mesmo para Halliday (1985), do ponto de vista da estrutura temática, o modelo típico, isto é, não marcado de orações declarativas é aquele no qual o tema corresponde ao sujeito. Segundo o autor, a menos que haja uma boa razão para que outro elemento ocupe a posição inicial, o sujeito será sempre o item que dá início à mensagem (Ibid., p. 44).

Em língua portuguesa, Câmara Jr. (1984) apresenta uma reflexão a este respeito e argumenta que, de um ponto de vista puramente lógico, havia tendência de se considerar a frase reduzida um tipo estático, em que o sujeito era o ser, e o predicado, o seu atributo. Contudo, uma apreciação puramente lingüística revela que o sujeito é o ponto de partida ou de referência na formulação da frase. O autor observa que o sujeito é “o tema do que se vai comunicar: aquilo sobre o que tem de fixar a atenção do ouvinte e é dado na frase como proveito dele” (CÂMARA JR., 1984, p.176).

Ao comentar sobre a seqüência dos termos da oração em língua portuguesa, Câmara Jr. (1984) observa que, mesmo não havendo uma posição rígida, há colocações consideradas mais usuais. O princípio básico, em termos de articulação sujeito-predicado, é atribuir ao último termo do enunciado o valor informativo. Dessa forma, o “sujeito é tema da informação contida no predicado, abre naturalmente a frase, quando não há motivações particulares condicionando outra colocação” (Ibid., p. 252). O autor, contudo, não explicita quais ‘motivações particulares’ levariam o produtor/locutor fazer uso de outra colocação. Fica a impressão, conforme orienta a proposta de Halliday (1985), de que a anteposição de outro elemento diferente do sujeito revela a intenção de dirigir o foco da mensagem para um aspecto (como, por

exemplo, o complemento, um adjunto adverbial, um adjunto modal etc.) que se torna, no contexto em questão, mais importante que o próprio sujeito.

Embora a ocorrência do sujeito em posição inicial seja um fenômeno comum em orações declarativas, Halliday (1980) observa que podem ocorrer estruturas em que o elemento escolhido como tema não corresponda ao sujeito. Antes, porém, de definir o elemento tipicamente escolhido como tema, é preciso delimitar que as orações, dependendo do modo como são apresentadas, possuem estruturas temáticas diferentes. Comentamos anteriormente que, para Halliday, o modelo típico ou não marcado de estrutura temática em orações declarativas é aquele em que o sujeito ocupa a posição inicial. Contudo, é importante esclarecer que, embora seja válido para orações do tipo declarativo, o critério para verificar o modelo típico e atípico de tema pautado na posição ocupada pelo sujeito não se aplica a todos os tipos de oração.

Barbara e Gouveia (2001) explicam que a identificação de tema marcado (alternativa não usual, atípica) e não marcado (padrão típico, usual) depende, primeiramente, do modo como a oração é apresentada e do ponto de vista assumido ao se considerar determinadas especificidades do sistema de cada língua.

Verificaremos, na seqüência, os tipos de tema marcado e não marcado, de acordo com a análise de frases em língua inglesa proposta por Halliday (1985), bem como algumas propostas sugeridas por autores como Lima Lopes e Ventura (2000) e Barbara e Gouveia (2001) a partir de ocorrências em língua portuguesa.

## 2.1.2 Tema não marcado e tema marcado

Halliday (1985) propõe que as orações, em termos de estrutura temática, sejam classificadas, quanto ao modo, em interrogativas, imperativas e declarativas (incluindo o subtipo exclamativo). A identificação das orações quanto ao modo permite verificar estruturas específicas, o que requer um posicionamento bem delimitado sobre a definição de tema.

O item temático, segundo Halliday (1985), não é apenas identificado como o elemento apresentado em posição inicial; ele está em posição inicial porque referencia o assunto da mensagem, aquilo que o falante tem em mente antes mesmo de verbalizar seu pensamento. Por isso, o autor argumenta que o tema representa não só uma posição na estrutura temática, mas uma função específica capaz de organizar a oração como mensagem.

Essa definição é importante para que seja possível não só compreender o que vem a ser uma forma marcada e não marcada de organização para cada modo de apresentação das orações, mas também para que se possa sistematizar regularidades específicas do sistema de cada língua. Deste modo, optamos por apresentar tipos de tema marcado e não marcado a partir da divisão das orações quanto ao modo proposta por Halliday em língua inglesa, incluindo ocorrências que retratam as especificidades do sistema de organização sintático-semântica do português.

#### a) Tema em orações interrogativas

A partir da análise das interrogativas, Halliday reconhece a possibilidade de haver, em uma mesma oração, dois elementos temáticos. No caso das perguntas

polares em inglês (do tipo sim/não), o autor observa dois tipos de tema, um que é o elemento envolvido na expressão de polaridade – *is, isn't, do, does, did, can, can't*, etc – e o outro, o sujeito:

(7)

a) Is	anybody	at home?
b) Can	you	find me an acre of land?
<b>Tema (1)</b>	<b>Tema (2)</b>	<b>Rema</b>

Com referência às interrogativas de conteúdo, o elemento temático não marcado é aquele que solicita parte da informação omissa, isto é, o elemento WH- *what, where, when, who* etc.

(8)

Who	killed Cock Robin?
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Em orações em que o elemento WH- é ou faz parte de um sintagma nominal, funcionando como complemento em um sintagma preposicional, tanto o elemento WH- como o sintagma nominal constituem o tema:

(9)

a) How many minutes	to Babylon?
b) Which house	do they live in?
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Em português, Lima Lopes e Ventura (2000) verificam que o operador verbal finito é o elemento que expressa a polaridade (nos exemplos abaixo, *poderiam* e *é*),

mas, como o sistema do português não prevê o deslocamento de verbos modais e auxiliares para o início da frase, a posição temática será ocupada pelo sujeito:

(10)

a) Vocês	poderiam fazer chegar até eles?
b) Você	é competente na língua inglesa?
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Com relação às interrogativas de conteúdo, Lima Lopes e Ventura (2000) observam que o elemento QU-, assim como o WH- em inglês, corresponde ao item temático, mesmo quando inclui um sintagma nominal:

(11)

a) O que	vai mudar em sua vida?
b) Quantos dos seus professores	não são brancos?
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Para Halliday (1985), há sempre uma forte motivação para que o falante opte pelo uso do tema não marcado em interrogativas, uma vez que o modelo interrogativo não marcado, especialmente em interrogativas de conteúdo, explicita antecipadamente aquilo que o falante quer saber. Contudo, o autor observa que, eventualmente, podem ocorrer interrogativas marcadas, nas quais o item temático não corresponde nem ao verbo auxiliar (no caso de interrogativas polares) nem ao elemento WH- em interrogativas de conteúdo:

(12)

a) After the tea	will you tell me a story?
b) In your house	who does the cooking?
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

Em língua portuguesa, Lima Lopes e Ventura (2000) mencionam que o tema marcado em interrogativas de conteúdo corresponde a qualquer elemento diferente de QU-:

(13)

Depois do que aconteceu ontem,	quando você vai vê-lo novamente?
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

Embora não cite casos de orações interrogativas do tipo polar (sim/não), é possível supor que, como o modelo de estrutura não marcada citado por Lima Lopes e Ventura (2000) é aquele em que o item temático corresponde ao sujeito, a estrutura marcada deverá ser aquela em que a posição temática seja ocupada por qualquer outro elemento diferente do sujeito. Como ilustração, sugerimos o seguinte exemplo:

(14)

Depois do que aconteceu ontem,	você vai vê-lo novamente?
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

b) Tema em orações imperativas

Nas orações do modo imperativo em língua inglesa, a forma não marcada corresponde àquela em que o tema é o mesmo que *you* ou *let's*, como em:

(15)

a) You	be quiet
b) Let's	go home
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Nos casos em que o tema (*you*) é omitido, o item temático pode ser avaliado, segundo Halliday (1980, p. 49), a partir de dois pontos de vista: um em que é possível definir o tema como omissivo (*no explicit theme*), e outro em que o verbo é considerado o próprio tema:

(16)

a) (I want you to)	Be quiet
b) Be	Quiet
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Halliday não menciona se casos como os do exemplo 16 representam temas marcados. Contudo, como o próprio autor assume que *you* ou *let's* correspondem ao padrão de tema em imperativas, a ausência desses itens sugere que esta construção referencia um tipo de tema marcado.

Em português, Lima Lopes e Ventura (2000) entendem que o tema não marcado em orações no modo imperativo corresponde ao próprio verbo no imperativo, no caso das afirmativas, e “não + verbo”, o caso das negativas:

(17)

a) Aceite	este convite
b) Não perca	tempo!!!
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Apesar de Lima Lopes e Ventura (2000) não considerarem a possibilidade de identificação do tema como um elemento omissivo, é possível verificar que a proposta de Halliday (1985) também pode ser aplicada a ocorrências em português:

(18)

a) (Eu quero que você)	Aceite este convite
c) (Eu quero que você)	Não perca tempo!!!
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Ainda que Lima Lopes e Ventura (2000) não mencionem a ocorrência de tema marcado em orações imperativas, é possível supor, por exemplo, a presença de adjuntos adverbiais em posição temática:

(19)

Amanhã	vá ao mercado
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

c) Tema em orações declarativas

Embora o padrão de organização dos constituintes em sentenças declarativas, tanto em inglês como em português, obedeça à seqüência SVO (sujeito-verbo-objeto), algumas considerações propostas por Halliday sobre a estrutura temática não satisfazem determinadas especificidades do português. Conforme já anunciamos, para Halliday (1985), a estrutura temática não marcada de uma oração declarativa é aquela em que o sujeito ocupa a função tema, encontrando-se em posição inicial. É o caso, por exemplo, das sentenças (3a) e (3b), (6a) e (6b), aqui retomadas para melhor explicitação:

(3a) **The duke** gave my aunt this teapot.

(3b) **The lion and the unicorn** were fighting for the crown.

(6a) **A half penny** is the smallest English coin.

(6b) **The smallest English coin** is a half penny

Em língua portuguesa, Lima Lopes e Ventura (2000) reconhecem, do mesmo modo, que o modelo típico de orações declarativas é aquele em que o sujeito ocupa a posição temática, independente de ser ou não um sujeito simples, ou mesmo uma oração, conforme demonstram os seguintes exemplos:

(20)

a) A empresa	atua no setor alimentício
b) As empresas que atuam no setor de alimentos	têm tido grande desenvolvimento
c) As empresas do setor alimentício	têm tido grande desenvolvimento
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Halliday (1985) observa, entre as declarativas não marcadas, uma subcategoria de ocorrências, nas quais há uma estrutura temática chamada 'exclamativa'. Essas orações possuem tipicamente um elemento WH-, conforme ilustrado nos exemplos:

(21)

a) <b>How</b> cheerfully	he seems to grin!
b) <b>What</b> tremendously easy questions	you ask!
<b>Tema não marcado</b>	<b>Rema</b>

Em língua portuguesa, Lima Lopes e Ventura (2000) identificam o mesmo fenômeno em orações com o elemento QU- exclamativo:

(22)

<b>Que bom</b>	Que você veio!
<b>Tema não marcado</b>	<b>Rema</b>

O tema marcado em orações do tipo declarativo, por sua vez, corresponde a qualquer outro elemento diferente do sujeito que é escolhido para iniciar a mensagem. Os elementos mais comuns em estruturas com tema marcado são, segundo Halliday (1985), os adjuntos adverbiais. Ao optar por iniciar a oração com um adjunto adverbial, o falante chama a atenção para um aspecto particular que evidencia uma determinada circunstância ou modo em que se deu ou dará o processo verbal. O autor sugere as seguintes frases para verificação:

(23)

<b>a) Merrily</b>	we roll along.
<b>b) On Saturday night</b>	I lost my wife.
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

Em língua portuguesa, Lima Lopes e Ventura (2000) verificam que o tema marcado nas declarativas corresponde a um sintagma adverbial ou preposicionado, funcionando como adjunto na oração, como no exemplo (24):

(24)

Em 1997,	as vendas de cerveja cresceram em 28% em volume
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

Interessante observar que o termo rebaixado pela gramática tradicional como acessório (adjunto adverbial) é considerado, na estrutura temática, o elemento proeminente, isto é, o tema. Isto porque Halliday (1985, p. 38) defende que qualquer elemento que esteja em posição inicial direciona o conteúdo da mensagem, independente de ser ou não sujeito. Hierarquicamente, o tema é sempre o item principal, isto é, o elemento sobre o qual o falante deseja concentrar a atenção do ouvinte.

O tipo mais marcado de tema em uma oração declarativa, segundo Halliday (1985), é aquele composto por um complemento. No exemplo a seguir, devido a uma inversão do complemento, *this responsibility* passa a ser o tema, enquanto *we* preenche a função de sujeito em posição remática:

(25)

This responsibility	we accept wholly
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

Lima Lopes e Ventura (2000) reconhecem, do mesmo modo, o complemento em posição deslocada como tema marcado. Embora não apresentem nenhum exemplo para ilustrar casos como estes, encontramos em Koch (2003, p. 99) uma ocorrência que exemplifica a tematização de um sintagma nominal diferente do sujeito:

(26)

Bebida alcoólica,	eu gosto muito
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

Ainda que Koch (2003) dedique-se especialmente à estrutura temática em textos orais dialogados, é possível encontrar construções como esta também em meio escrito. A tematização do complemento caracteriza, segundo a autora, um recurso que visa a chamar a atenção do interlocutor sobre um elemento diferente do sujeito, o que torna o complemento o item sobre o qual a mensagem está relacionada.

Embora não seja um fenômeno comum em inglês, Lima Lopes e Ventura (2000) observam em língua portuguesa, especialmente em meio escrito, a presença de processos em posição inicial. Os autores sugerem, como ilustração, a sentença:

(27) **Queremos** que você seja um de nossos clientes.

Conforme observam os autores, a elipse do sujeito torna-se possível devido ao sistema de inflexão verbal do português, que demarca no verbo noções como número, tempo e pessoa (quer [e] [mos]), possibilitando ao leitor recuperar o item não mencionado. Como a elipse do sujeito corresponde a uma particularidade da língua portuguesa, e, portanto, não prevista na estrutura temática proposta por Halliday, a classificação de estruturas em que o sujeito é um elemento elíptico torna-se, segundo Lima Lopes e Ventura (2000), um ponto divergente.

Para a análise de casos como o exemplo (27), apresentamos duas posturas diferentes, uma proposta por Lima Lopes e Ventura (2000), que consideram o processo (verbo) como tema marcado, e outra, defendida por Barbara e Gouveia (2001), em que o tema, no caso, não marcado, é considerado implícito.

Entre os argumentos que defendem a primeira postura, Lima Lopes e Ventura destacam que, ao se considerar o tema implícito, estaríamos inferindo que o sujeito seria o ponto de partida da mensagem, o que é previsto dentro do sistema do português, embora não realizado. Além disso, quando o autor não inicia a mensagem pelo pronome/sujeito, está realizando uma escolha no nível textual, o que permite que se avalie tal escolha como uma opção significativa. Por fim, os autores explicam que, considerando-se a proposta de Halliday, em que o tema, independente de ser sujeito, aparece sempre em posição inicial, então o processo,

neste caso, deverá ser considerado o item temático. Tal perspectiva sugere, segundo Lima Lopes e Ventura (2000), a seguinte classificação:

(28)

a) Queremos	que você seja um de nossos clientes.
b) Precisamos	sair daqui.
c) Convidamos	você para conhecer o melhor...
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Por outro lado, Barbara e Gouveia (2001) apresentam argumentos que corroboram a hipótese de que o tema é um elemento coesivo que pode (ou não) ser expresso, isto é, apesar de estar elíptico, o tema é recuperável pelo processo de coesão textual. Outra evidência reconhecida pelos autores é o fato de que falantes do português não parecem atribuir nenhuma diferença semântica ou funcional entre orações em que o tema (sujeito) é elíptico e orações em que o sujeito é formalmente expresso. Além disso, os autores argumentam que a classificação do processo como tema marcado é uma transferência direta da regra do inglês (todo elemento em posição inicial corresponde ao tema), que não observa as especificidades da língua portuguesa. Deste modo, os autores apresentam o item temático da seguinte forma:

(29)

[Eu]	tenho acompanhado todos os relatórios internos do Marco António
<b>Tema</b>	<b>Rema</b>

Bárbara e Gouveia explicam que, como a elipse do sujeito é um fenômeno comum em português, não há razões para que se considere o sujeito elíptico um caso de tema marcado, uma vez que o sujeito, embora não realizado, não deixa de

ocupar a posição inicial. Contudo, os autores esclarecem que nem todas as ocorrências com verbos em posição temática correspondem a casos de tema não marcado. Há orações em que a posição temática é ocupada pelo verbo, mas, como o sujeito aparece em posição pós-verbal, o tema deverá ser considerado marcado. Como exemplo, Barbara e Gouveia (2001) sugerem as seguintes ocorrências:

a) orações que incluem indeterminação do sujeito em voz passiva:

(30)

a) Foram assinados,	em abril de 1991, os contratos para a execução
b) Observa-se	uma melhora da imagem geral do serviço
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

b) verbos como *acontecer* e *aparecer*, freqüentemente usados com sujeito em posição pós-verbal:

(31)

a) Apareceu	um rato no meu escritório
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

c) estruturas em que o verbo e o predicativo precedem o sujeito:

(32)

a) É difícil	ler este livro
b) É sensível	seu efeito na racionalização do transporte e na ampliação da acessibilidade
<b>Tema marcado</b>	<b>Rema</b>

Lima Lopes e Ventura (2000) comentam que ocorrências como (32a) e (32b) constituem um tipo específico de tema marcado, no qual o falante/escritor tematiza

seu próprio comentário, evidenciando assim, seu próprio ponto de vista com relação ao conteúdo da mensagem.

Embora Halliday (1985) não apresente casos como os dos exemplos acima, ao comentar sobre os adjuntos modais, o autor destaca a tendência do falante de expor seu ponto de vista ou julgamento, colocando-o em posição inicial no momento em que decide produzir a mensagem:

It's not difficult to see why modal and conjunctive Adjuncts tend to come at the beginning of the clause: if one of them is present at all, then in a sense it is a natural theme. If the speaker includes within the message some element that expresses his own angle of judgement on the matter, it is natural for him to make this his point of departure. (HALLIDAY, 1985, p. 50)<sup>10</sup>.

Segundo o autor, os adjuntos modais sinalizam a atitude do falante com relação ao conteúdo da mensagem, evidenciando aspectos como probabilidade (*probably, possibly, certainly*), opinião (*in my opinion, from my point of view, personally*), admissão (*frankly, to be honest, to tell you the truth*), asserção (*honestly, really, believe me, seriously, without any doubt*), dentre outros (HALLIDAY, 1985, p. 50).

Ao iniciar o enunciado a partir de seu próprio ponto de vista, o falante orienta o conteúdo da mensagem para que o interlocutor, antecipadamente, tome conhecimento de sua opinião pessoal, o que demonstra a pretensão de que seja reconhecido um certo grau de engajamento com relação ao conteúdo da mensagem.

Embora a classificação dos adjuntos modais proposta por Halliday obedeça a aspectos muito mais relacionados ao efeito de sentido do que às categorias gramaticais, encontramos, na literatura, autores que classificam os modalizadores

---

<sup>10</sup> Não é difícil ver porque os Adjuntos modais e conjuntivos tendem a aparecer no início da oração: se um deles está presente, então, de certa forma, ele é um tema natural. Se o falante inclui na mensagem algum elemento que expressa seu próprio ponto de vista sobre a questão, é natural para ele fazer disso o seu ponto de partida (HALLIDAY, 1985, p. 50, tradução nossa).

com base em critérios sintáticos, o que permite uma avaliação sobre as possibilidades de modalização do enunciado a partir da posição inicial por meio de diferentes recursos lingüísticos.

## **2.2 Modalização**

Com base nas discussões sobre a estrutura temática, partimos do princípio de que o elemento que ocupa posição inicial, além orientar o leitor sobre o assunto do enunciado, evidencia a atitude do produtor do texto com relação ao conteúdo da mensagem. No caso específico do predicado nominal anteposto ao sujeito, ilustrado nos exemplos (32a), *É difícil ler este livro*, e (32b), *É sensível seu efeito na racionalização do transporte e na ampliação da acessibilidade*, percebe-se uma tendência para que produtor exponha sua opinião logo no início do enunciado, o que leva a supor que esta estrutura exerce papel de modalizador. A fim de adotarmos tal hipótese, já sugerida por autores como Sella (2000) e Busse (2004), organizamos a presente seção a partir do conceito e tipos de modalização propostos pelos autores consultados, recursos modalizadores, e, por fim, estudos sobre o predicado nominal em contextos em que exerce função modalizadora.

### **2.2.1 O conceito e tipos de modalização**

Segundo Castilho e Castilho (1992, p.199), a gramática tradicional reconhece dois grandes componentes da sentença: o componente proposicional, constituído de sujeito + predicado (*dictum*), e o componente modal, isto é, a qualificação do conteúdo da forma da proposição, de acordo com o julgamento do falante (*modus*). Este julgamento pode ser expresso de duas formas, sendo uma relacionada ao modo de apresentação da oração, em que o falante apresenta o conteúdo proposicional numa forma assertiva (afirmativa ou negativa), interrogativa (polar ou não-polar) e jussiva (imperativa ou optativa); e outra em que o falante expressa seu relacionamento com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu ponto de vista sobre a forma escolhida para a verbalização desse conteúdo.

Contudo, os autores observam que esta é uma distinção um tanto quanto especiosa, uma vez que a relação entre os elementos comprometidos com a produção dos enunciados dificilmente será arbitrária: “de qualquer forma há sempre uma avaliação prévia do falante sobre o conteúdo que vai veicular, decorrendo suas decisões sobre afirmar, negar, ordenar, permitir, expressar a certeza ou dúvida sobre este conteúdo, etc” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 201).

Neves (1996, p. 171), do mesmo modo, explica ser muito pouco provável que o enunciado mantenha-se descomprometido das intenções e necessidades do falante, já que o conteúdo asseverado dificilmente será portador de uma verdade não filtrada pelo seu conhecimento ou julgamento.

O posicionamento do locutor no enunciado justifica-se, segundo Ducrot (1987), pelo carácter argumentativo do uso da linguagem, ou, nos termos de Koch (2004a), pela necessidade do locutor de impor-se argumentativamente.

Por isso, nesta pesquisa, optamos pela postura adotada por Castilho e Castilho (1992) de não distinguir os termos modalidade e modalização, uma vez que o produtor do texto apresenta, em seu enunciado, mecanismos que permitem indicar uma determinada orientação argumentativa. Estes mecanismos são, segundo Koch, denominados modalizadores, uma vez que têm a função de determinar “o modo como aquilo que se diz é dito” (KOCH, 2004b, p. 29).

Numa acepção geral, a modalização corresponde, segundo Koch (2004a), à expressão do julgamento do locutor com relação ao conteúdo proposicional. Contudo, as atitudes do locutor podem expressar diferentes níveis de modalização, dependendo de seu comprometimento com o conteúdo asseverado.

Partindo da definição sugerida por Koch (2004a) de que a modalização constitui um recurso lingüístico que permite ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao conteúdo da proposição ou demonstrar maior grau de engajamento, apresentamos tipos de modalização propostos pelos autores consultados, com o intuito de delimitar o percurso teórico para a análise pretendida.

Segundo Parret (1988, p. 79), as modalidades são definidas nas teorias gramaticais clássicas a partir da força semântica e distribuição sintática de verbos modais, como *poder*, *dever*, *saber*, *querer*. Contudo, o autor observa que a classe dos modais pode ser completada por lexicalizações periféricas, com outros verbos tradicionalmente não classificados como auxiliares, outras seqüências morfológicas e mesmo tipos de entonação e especificidades estilísticas.

Parret destaca, entre as abordagens utilizadas para a análise, as modalidades tradicionais, também chamadas aristotélicas. As modalidades tradicionais são, segundo o autor, extencionalmente motivadas, uma vez que são afetadas pelo modo do necessário ou do impossível, do possível ou do contingente.

Sistemas análogos, no que diz respeito ao conhecimento que se tem dos estados de coisas, foram construídos, dando origem às modalidades epistêmicas e deônticas, e, seqüencialmente, ao quadrado ontológico do necessário, do impossível, do possível e do contingente, correspondendo ao quadrado epistêmico do certo (ou estabelecido), do excluído, do plausível e do contestável, e ao quadrado deôntico do obrigatório, do proibido, do permitido e do facultativo (PARRET, 1988, p. 80).

A partir destes dois eixos, epistêmico e deôntico, Castilho e Castilho (1992) propõem uma análise de graus de modalização expressos por advérbios modalizadores. Embora o estudo dos advérbios não corresponda exatamente ao interesse maior desta pesquisa, a proposta destes autores oferece subsídios para a verificação dos tipos de modalização, independente de se tratar de advérbios ou outras expressões lingüísticas.

Segundo Castilho e Castilho (1992, p. 206), a modalização epistêmica expressa “uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição”. A partir de um limite estabelecido no eixo da crença contextual, isto é, a partir de deduções que emergem em função do conhecimento do falante e da situação contextual, a modalização epistêmica se situa entre o domínio do absolutamente certo e do possível. A partir destes dois segmentos, os autores subdividem os advérbios que expressam modalização epistêmica em asseverativos, quase-asseverativos e delimitadores.

Os asseverativos indicam, conforme apresentam os autores, que o falante considera verdadeiro o conteúdo de P<sup>11</sup>, sendo apresentados como uma afirmação ou negação, e que, por não permitirem qualquer dúvida, constituem uma necessidade epistêmica. O falante lança mão de um modalizador asseverativo

---

<sup>11</sup> Refere-se à proposição, conforme Castilho e Castilho (1992).

quando deseja expressar um alto grau de adesão com relação ao conteúdo proposicional, daí o predicador declarativo “eu sei [com certeza] que P”. São exemplos de modalizadores asseverativos afirmativos os advérbios *realmente, evidentemente, naturalmente, efetivamente, claro, certo, lógico, sem dúvida, mesmo*, entre outros; e de negativos, as expressões *de jeito nenhum e de forma alguma*.

Os quase-asseverativos expressam, segundo Castilho e Castilho (1992), que o falante considera o conteúdo de P próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo, desvia de si qualquer responsabilidade sobre a verdade ou falsidade da proposição. Por meio dos quase-asseverativos, avalia-se P como uma possibilidade epistêmica, decorrendo baixa adesão com relação ao conteúdo proposicional. Podem ser representados pelos predicadores quase-declarativos *eu acho, eu suponho, é provável, é possível que P*. São exemplos de modalizadores quase-asseverativos: *talvez, assim, possivelmente, provavelmente, eventualmente*.

Os delimitadores “estabelecem os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo de P” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 207). Estes modalizadores implicam uma espécie de negociação entre os interlocutores, necessária à manutenção do tópico discursivo. Podem ser representados pelo predicador complexo “digamos que do ponto de vista X, Y”. São exemplos de delimitadores: *quase, um tipo de, em geral, em princípio, do ponto de vista de + adjetivo, basicamente e praticamente*.

A modalização deôntica se situa no domínio do dever e da conduta, isto é, “indica que o falante considera o conteúdo de P como um estado de coisas que deve, que precisa ocorrer obrigatoriamente” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p.207). O uso de modalizadores deônticos demonstra que o locutor deseja atuar fortemente

sobre o interlocutor; por isso, esses modalizadores podem ser representados pelo predicador “tem que P”. São exemplos de deônticos os advérbios *obrigatoriamente* e *necessariamente*.

Além da modalização epistêmica e deôntica, Castilho e Castilho propõem ainda a afetiva. Segundo os autores, este tipo de modalização difere dos demais porque “verbaliza as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional, deixando de lado quaisquer considerações de caráter epistêmico ou deôntico” (CASTILHO; CASTILHO, 1992, p. 208). Esses modalizadores podem ser representados pelo predicador “eu sinto X em face de P”. Há dois tipos de modalizadores afetivos, os subjetivos, que “expressam uma predicação dupla, a do falante em face de P e a da própria proposição”, como em *felizmente*, *infelizmente*, *curiosamente*, *espantosamente*, *surpreendentemente*; e intersubjetivos, que “expressam uma predicação simples, assumida pelo falante em face de seu interlocutor, a propósito de P”, como em *sinceramente*, *estranhamente*, *francamente*, *lamentavelmente*.

Neves (1996) apresenta um estudo sobre tipos de modalidade sem deter-se a nenhuma classe de palavras ou expressões específicas, uma vez que o *corpus* utilizado pela autora é composto por fragmentos de textos orais dialogados. Embora o *corpus* desta pesquisa seja constituído por recortes de textos escritos, o estudo de Neves revela diferentes possibilidades de manifestação da modalização, dentre as quais destacamos o predicado nominal.

Segundo Neves (1996, p. 178), a avaliação epistêmica situa-se entre o absolutamente certo, ou preciso, estendendo-se aos limites indefinidos do possível. Considerada a fonte do conhecimento, o falante pode, segundo a autora, apoiar a certeza ou precisão, baseado na evidência, ou apoiar a não certeza ou imprecisão,

tomando como base a aparência. Neves (1996) explica que, ao avaliar o conteúdo do enunciado como verdadeiro, o falante o apresenta como um fato que não permite qualquer dúvida ou qualquer relativização. Nos exemplos sugeridos pela autora, percebe-se que o locutor pode recorrer a recursos diferentes quando deseja expressar precisão:

(33a) está aí bem exatamente a diferença

(33b) então realmente pesquisa é básico, certo?

(33c) pois não... bom uma das finalidades precípuas... de um sindicato... é: exatamente a de prestar .... toda e qualquer assistência aos seus associados.

Como o calibrador da certeza/não certeza é o conhecimento, observamos que o locutor, em cada um destes recortes, compromete-se com a verdade das declarações, porque assume seu posicionamento como verdadeiro.

No exemplo (33a), o uso do advérbio *bem* delimita o teor de exatidão previsto por *exatamente*, situando o enunciado em um limite muito próximo daquilo que o locutor considera verdadeiro. O tom interrogativo no recorte (33b) evidencia que o locutor espera obter a confirmação de que sua asseveração foi imediatamente aceita como verdadeira. No exemplo (33c), a expressão *pois não*, já no início do enunciado, revela que o locutor não só aceita o convite para falar sobre o assunto em questão, como também demonstra possuir condições para discorrer sobre o assunto, o que lhe permite dispensar questionamentos sobre seu conhecimento. Além disso, o verbo *ser* no presente do indicativo e os advérbios *exatamente* e *realmente* funcionam como marcas que conferem comprometimento com o conteúdo da asseveração.

Já a não certeza implica, segundo Neves (1996), uma relativização, justificada pelo não conhecimento ou pela imprecisão expressa no enunciado. A

autora explica que, como a língua dispõe de uma série de expressões para relativizar os diversos pontos deste espaço, o elemento lingüístico escolhido dependerá da intenção comunicativa do locutor em demonstrar maior ou menor grau de imprecisão. Como ilustração, a autora apresenta o seguinte exemplo:

(34) Até certo ponto como veículo de politização da massa, é possível que a comunicação seja boa<sup>12</sup>.

Observam-se, neste recorte, outros indícios de modalização além da expressão destacada. O locutor estabelece, a partir da expressão remissiva *Até certo ponto*, o limite no interior do qual vai se posicionar, o que confere ao pronunciamento veiculado por *é possível* um teor menos hipotético, embora não deixe de eximir o locutor de responsabilidade.

Neves (1996, p. 179) apresenta variações para este enunciado, a fim de ilustrar algumas das várias possibilidades que a língua oferece para graduar a relativização do possível:

- (35a) é absolutamente possível que a comunicação seja boa.
- (35b) é possível que a comunicação seja boa.
- (35c) seria possível que a comunicação fosse boa.
- (35d) seria pouco possível que a comunicação fosse boa.
- (35e) é quase impossível que a comunicação seja boa.
- (35f) seria quase impossível que a comunicação fosse boa.

A partir dos exemplos sugeridos por Neves, podemos inferir que, embora a relativização da noção de possibilidade esteja marcada por advérbios (absolutamente, pouco, quase), ou pelo tempo verbal (ora no presente, ora no futuro

---

<sup>12</sup> Os exemplos trazidos pela autora, conforme relatamos, foram retirados de *corpora* orais, e o intuito de discuti-los, nesta pesquisa, é propiciar reflexões a respeito de recursos de modalização que podem, eventualmente, ocorrer também em contextos escritos.

do pretérito), e essa relativização garante ao enunciado um efeito de sentido<sup>13</sup> particular, percebe-se que, ao utilizar, em uma expressão predicativa, o adjetivo *possível*, o locutor estará expressando, de qualquer modo, a não certeza sobre o conteúdo da proposição, o que permite que a responsabilidade sobre a asseveração seja atenuada. Contudo, é importante frisar que a expressão remissiva presente no enunciado (34) não aparece nos exemplos do grupo (35), e que, portanto, o contexto não é o mesmo.

Já o adjetivo *impossível* não implica o mesmo efeito de sentido, pois ao asseverar, por exemplo, que é impossível que a comunicação seja boa, o locutor estaria não só expondo um ponto de vista, mas também assumindo a responsabilidade sobre a afirmação pronunciada. Por isso, percebe-se que a autora utiliza, como meio de atenuar a afirmação da certeza, o advérbio *quase* em (35e) e o futuro do pretérito em (35f).

Além disso, os exemplos de Neves (1996) sugerem que o tempo verbal do verbo de ligação em expressões predicativas seja considerado fator relevante ao efeito de sentido veiculado pelo modalizador. Para ilustrar esta hipótese, retomamos os seguintes exemplos:

(35b) é possível que a comunicação seja boa.

(35c) seria possível que a comunicação fosse boa.

A relativização dos níveis de possibilidade na modalização epistêmica, presente nos exemplos (35b) e (35c) é demonstrada a partir do grau de engajamento do locutor. Embora em nenhuma destas sentenças exista um devido grau de certeza, percebe-se que o tempo verbal (presente) em (35b) demonstra

---

<sup>13</sup> Tomamos o termo “efeito de sentido” como referência às diferentes variações que relativizam o nível da possibilidade, conforme Neves (1996, p. 179).

maior comprometimento do locutor se comparado com (35c), pois, embora o adjetivo expresse uma hipótese, o tempo verbal em (35b) assinala que o locutor assume, de certa forma, a asseveração expressa. O futuro do pretérito, por sua vez, dá ao enunciado um tom mais hipotético: têm-se, então, duas marcas sinalizadoras da postura assumida pelo locutor.

Ainda no nível da não certeza, Neves (1996) apresenta a probabilidade. Em termos de imprecisão, enunciados modalizados com expressões do tipo *é provável* ou *provavelmente* parecem demonstrar maior grau de engajamento do que expressões como *é possível* ou *possivelmente*. Tomando o exemplo apresentado pela autora, observa-se que, embora o locutor mantenha-se isento de responsabilidade, não só o modalizador, mas também o verbo selecionado para dar início ao enunciado expressam algum comprometimento:

(36a) Sabemos que provavelmente existe uma demanda muito grande.

Mesmo nos exemplos sugerido por Neves em que se verifica o grau máximo de engajamento dentro do limite da possibilidade, como no exemplo (35a), o modalizador *é provável* parece demonstrar um maior comprometimento:

(35a) é absolutamente possível que a comunicação seja boa.

(37) é provável que a comunicação seja boa.

No eixo da conduta, Neves (1996, p. 187) propõe a modalização deôntica. Este tipo de modalização está situado no domínio do dever que vai do absolutamente obrigatório ao permitido, ligando-se à volição e à ordem. A obrigação e a permissão envolvem, tanto no seu extremo como em pontos intermediários,

algum tipo de controle humano intrínseco aos eventos; por isso, correspondem, segundo a autora, a atos diretivos de fala ligados ao imperativo, o que impede a asseveração modalizada deonticamente de possuir um fraco comprometimento do locutor. Como ilustração, Neves sugere os seguintes exemplos:

(38a) Nós temos que admitir... que numa sociedade ou que em qualquer sociedade ... o indivíduo ... não pode figurar... como o senhor todo poderoso ... ele tem que repartir aquele poder.

(38b) [os sindicatos] são entidades sem fins lucrativos... portanto, têm por obrigação prestar... toda assistência devida ... aos seus... sindicalizados.

(38c) toda e qualquer manifestação que a gente for procurar vai ter que estar necessariamente ligada a esta preocupação vital.

(38d) é preciso que o indivíduo compreenda o todo.

Observa-se, nestes exemplos, que a modalização está relacionada a uma ação do locutor pautada na expectativa de que o ato em questão seja realizado, o que acarreta ao enunciado a noção de futuridade. Isso, segundo Neves (1996, p. 193), pode ser facilmente compreendido, uma vez que esse tipo de modalização diz respeito à conduta que se projeta para um momento posterior à manifestação da necessidade.

Embora todos estes exemplos apontem para uma postura impositiva, percebe-se, em (38a) e (38d), que a obrigação aciona uma reflexão no processo interlocutivo do qual parece participar também o locutor.

Os conceitos epistêmico e deôntico são viáveis para o presente trabalho, haja vista os recortes aqui referidos representarem níveis de modalização que perfazem os caminhos assinalados pelo predicado nominal.

## 2.2.2 Enfocando alguns recursos modalizadores

Segundo Koch (2004b), os indicadores modais, também chamados de modalizadores em sentido estrito, são elementos importantes na construção do sentido do texto, na sinalização do modo como aquilo que se diz é dito. Na organização de um texto opinativo, a autora destaca que a relação entre os enunciados é projetada a partir de referências de modalidade que expressam o posicionamento do produtor do texto em relação à temática discorrida. Neste sentido, a modalização, segundo Koch (2004a, p. 86), é expressa por meio de elementos lingüísticos diretamente ligados ao evento de produção dos enunciados que compõem o texto. Estes elementos funcionam como indicadores das intenções, sentimentos e atitudes do produtor, podendo revelar seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao conteúdo do discurso, além de apontar conclusões para as quais diversos enunciados podem servir de argumento.

O mesmo conteúdo proposicional pode ser, segundo Koch (2004b), veiculado por meio de diferentes recursos modalizadores. Optamos por apresentar, dentre os diversos recursos lingüísticos propostos pela autora, apenas os verbos auxiliares modais, advérbios, e expressões cristalizadas do tipo *é + adjetivo*. Essa opção justifica-se pelo fato de os verbos modais e os advérbios manterem uma certa proximidade, em termos de modalização, com o predicado nominal, interesse maior desta pesquisa. Como exemplos, a autora sugere as seguintes ocorrências:

- a) Verbos auxiliares modais:

- (39a) O dólar pode subir de novo esta semana.  
(39b) O dólar deve subir de novo esta semana.

b) Advérbios ou locuções adverbiais:

- (40a) Possivelmente, viajarei no domingo.  
(40b) Talvez eu viaje no domingo.  
(40c) Pode ser que eu viaje no domingo.  
(40d) Certamente ele trará a encomenda.  
(40e) Seguramente ele trará a encomenda.  
(40f) Indubitavelmente ele trará a encomenda.  
(40g) Com certeza ele trará a encomenda.

c) Expressões do tipo *é + adjetivo*

- (41a) É necessário que a guerra termine.  
(41b) É possível que a guerra termine.  
(41c) É certo que a guerra vai terminar.  
(41d) É provável que a guerra termine.  
(41e) É obrigatório o uso de crachás.  
(41f) É facultativo o uso de crachás.

Koch (2004b) explica que os modalizadores orientam o discurso a partir dos eixos necessário e possível; certo, incerto e duvidoso; e obrigatório e facultativo. Os exemplos sugeridos demonstram, segundo a autora, que uma mesma modalidade pode ser expressa por meio de lexicalizações diferentes. Por exemplo, a noção de possibilidade é veiculada pelo verbo modal *poder* na sentença (39a), pelo advérbio *possivelmente* em (40b) e pela expressão *é possível* em (41b); a expressão de certeza ou precisão é realizada pelos advérbios *certamente*, *seguramente* e *indubitavelmente* em (40d), (40e) e (40f), pela locução adverbial *com certeza* em (40g) e pela expressão *é certo* em (41c).

Além de expor que a mesma modalidade pode ser representada por meio de categorias gramaticais distintas, Koch (2004b) explica que diferentes modalidades

podem ocorrer por meio de um mesmo elemento. Como ilustração, avaliemos os seguintes exemplos:

(42a) Todos os candidatos devem comparecer em traje social.

(42b) Vamos, a reunião deve estar começando.

(43a) Os candidatos podem apresentar-se em traje esportivo.

(43b) Os preços podem cair nos próximos meses.

Em (42a), o modalizador<sup>14</sup> indica obrigatoriedade, enquanto em (42b), assume teor de probabilidade. O verbo modal *poder*, por sua vez, revela, em (43a), um tom facultativo, enquanto em (43b) referencia uma possibilidade.

Embora Koch (2004b) argumente sobre a possibilidade de um mesmo enunciado poder ser modalizado por meio de lexicalizações de diferentes tipos e, ainda assim, manter o mesmo sentido, observa-se que, mesmo compartilhando, por exemplo, noções de certeza, incerteza, obrigatoriedade etc., a escolha por uma determinada forma lingüística acarreta efeitos de sentido únicos.

Parret (1988, p. 88) explica, a partir dos exemplos (44a) e (44b), o fenômeno chamado homonímia isotópica das modalidades, isto é, a possibilidade de modalizadores lexicalmente diferentes que mantêm a mesma orientação semântica serem empregados em contextos distintos:

(44a) Stanislas pode beber uma cerveja.

(44b) É permitido que Stanislas beba uma cerveja.

Ainda que semanticamente equivalentes, as frases (44a) e (44b) apresentam nuances diferentes. Parret argumenta que em (44a) a participação do falante é evidentemente pressuposta, uma vez que manifesta em seu enunciado a intenção

---

<sup>14</sup> O termo “modalizador” é utilizado, por vezes, para indicar, indistintamente, elementos lingüísticos que atuam em nível da modalização.

de que seu engajamento seja reconhecido pelo interlocutor. A frase (44b), por sua vez, referencia a constatação de uma determinada situação da qual o falante está singularmente ausente. A oposição das formas modais e de suas variantes perifrásticas é, segundo o autor, a oposição das locuções performativas, nas quais o falante realiza o ato propriamente dito, e das locuções constativas, nas quais o falante, mesmo assumindo um determinado posicionamento, mantém-se relativamente ausente.

A hipótese de Parret (1988) permite verificar, nos exemplos sugeridos por Koch (2004b), que, embora os modalizadores demonstrem que a orientação do produtor sobre o conteúdo proposicional incide sobre a incerteza, em (41b) há um teor impessoal, o que não ocorre com o uso de advérbio ou do verbo modal:

(39a) O dólar pode subir de novo esta semana.

(40a) Possivelmente, viajarei no domingo.

(40b) Talvez eu viaje no domingo.

(41b) É possível que a guerra termine.

A expressão *é possível* traz para o interior do enunciado uma voz alheia assumida pelo locutor, evidenciando um certo distanciamento com relação à responsabilidade do comentário.

Do mesmo modo, percebe-se que os advérbios *certamente*, *seguramente* e *indubitavelmente*, a locução adverbial *com certeza* e a expressão *é certo* expressam asseverações pautadas na certeza. Porém, a expressão predicativa em (41c) demonstra que o locutor adota o posicionamento de uma voz externa, mas que possui conhecimento de causa, o que garante ao enunciado maior autoridade:

(40d) Certamente ele trará a encomenda.

(40e) Seguramente ele trará a encomenda.

(40f) Indubitavelmente ele trará a encomenda

(40g) Com certeza ele trará a encomenda.

(41c) É certo que a guerra vai terminar.

Neves (1996, p. 181) identifica o recurso lingüístico operado por expressões do tipo *é + adjetivo* como “unipessoalização”. A autora propõe ser este um expediente sintático propositalmente elaborado para sugerir distanciamento, uma vez que o falante, ainda que assuma um determinado posicionamento, transfere para fora do enunciado a responsabilidade pela emissão de seu comentário. Como ilustração, a autora apresenta os seguintes exemplos:

(45a) Evidentemente nós temos que... admitir que um indivíduo... não tem condições ... de resolver todas aquelas questões.

(45b) esses limites... é evidente que equivalem ao tamanho da... glândula mamária propriamente dita.

Segundo a autora, em (45a) o falante assume seu enunciado, posicionando-se com relação à avaliação do valor de verdade da proposição, enquanto em (45b) o falante ausenta-se parcialmente de responsabilidade, pois, mantendo-se distante do enunciado, desvia a atenção do interlocutor sobre a autoria do comentário.

Contudo, embora em exemplos como a sentença (45b) a expressão destacada seja o verbo *ser + adjetivo*, ao classificar os tipos de modalizadores, Neves (1996) menciona, como referência a casos como este, apenas o adjetivo em posição predicativa.

Castilho e Castilho (1992, p. 202), por sua vez, citam como indicadores de modalização os adjetivos *sós* ou expressões como *é possível, é claro, é desejável* etc. Do mesmo modo, autoras como Koch (2004b), Sella (2000) e Busse (2004) propõem que a unidade *é + adjetivo* constitui uma expressão modalizadora por meio da qual o produtor expressa uma determinada posição assumida.

Parece possível, então, acatar a modalização como um fenômeno que se estabelece tanto no nível da certeza, da possibilidade, da necessidade ou mesmo da subjetividade. Também ficam expressos graus de modalização, vínculos diferenciados a partir de um mesmo modalizador, ou modalizadores diferentes indicando certos graus de modalização. Trata-se de um terreno frágil porque estabelece elos com juízos de valor encenados pelo produtor do texto.

### 2.2.3 Predicado Nominal como modalizador

Embora tenhamos apresentado os verbos modais e os advérbios como recursos modalizadores, vale salientar mais uma vez que o enfoque desta pesquisa reside em expressões do tipo *é + adjetivo*, doravante identificadas como predicado nominal em posição temática (PN em posição temática). A partir da proposta apresentada por Halliday (1985), de que o elemento em posição inicial sinaliza o tema daquilo que se vai comunicar, verificamos que o predicado nominal, quando anteposto ao sujeito, possui não só estatuto temático, mas também modalizador, uma vez que, além de orientar o desenvolvimento do conteúdo proposicional, retrata o posicionamento do produtor com relação ao conteúdo inscrito no sujeito. Por isso, verificamos, nesta parte, a postura adotada por autores que orientam a análise do predicado nominal como unidade asseverativa.

Segundo Sella e Roman (2004), as estruturas com predicado nominal referenciam uma asseveração, nomeadamente do produtor do texto, que evidenciam uma certa posição assumida, pois demarcam um ato de fala pontual que emerge no

próprio momento da produção do enunciado. A autora explica que, em estruturas com predicado nominal em que são apresentados os elementos na ordem canônica (*sujeito + verbo de ligação + predicativo*), a atitude do produtor sinaliza uma avaliação de teor informativo ou descritivo. Sella (2004) apresenta o exemplo *O trabalho de camelô é encarado como ganha pão*, para explicar que a asseveração demarcada pelo predicado nominal é apresentada como uma informação que define o conteúdo expresso no sujeito.

Com relação a estruturas do tipo *é + adjetivo*, Busse (2004) verifica que o deslocamento do predicado nominal para o início do enunciado apresenta-se como um recurso à focalização da afirmação contida no núcleo do próprio predicado e do sujeito, o que revela a atenuação do posicionamento do produtor: “seu deslocamento dá relevância à informação e o PN passa a reunir condições de asseveração, guiando movimentos argumentativos para a conclusão pretendida” (BUSSE, 2004, p. 39). Segundo a autora, ao apontar para a topicalização da informação, o predicado nominal inibe a presença de argumentos mais incisivos para a confirmação do ponto de vista do produtor, uma vez que revela de imediato uma determinada posição assumida.

Embora orientem uma avaliação de nível macroestrutural, e para isso recorram a expedientes que analisem as estruturas ladeadoras do núcleo (predicado nominal) no âmbito do parágrafo, os estudos de Sella (2004), Sella e Roman (2004) e Busse (2004) proporcionam subsídios para a avaliação do predicado nominal e de elementos que o contornam em nível frasal.

Sella (2004) explica que há, no predicado nominal, uma afirmação acionadora de contornos argumentativos que evidenciam ou confirmam o posicionamento do produtor. A partir do exemplo *Trabalho de camelô é fuga da marginalidade, conclui*

*pesquisa*, a autora argumenta que o predicado nominal reclama suportes argumentativos posteriores ou anteriores, ladeadores<sup>15</sup>, portanto, do ato de asseveração. No exemplo acima, Sella verifica que a asseveração (em destaque) recebe como suporte uma espécie de voz autorizada, inserida para denotar “credibilidade”, e que sustenta o enunciado de forma recursiva.

Busse (2004) apresenta, entre as estruturas que ladeiam o predicado nominal, o Remissivo e o Expositivo. O recurso que focaliza a remissão pode, segundo a autora, determinar os aspectos a serem focalizados no interior do parágrafo, o que requer do produtor habilidades que garantam a progressão argumentativa do próprio predicado nominal: “a retomada estabelece-se como um ladeador que sinaliza o que se explicita e orienta a argumentação para determinada conclusão” (BUSSE, 2004, p. 43)

É importante frisar, porém, que, mesmo estando freqüentemente atrelado ao predicado nominal em posição temática, o Remissivo será, nesta pesquisa, apenas considerado nos recortes em que sua presença intensifica ou mesmo altera o sentido do predicado nominal, haja vista que o enfoque específico limita-se ao predicado nominal e o sujeito.

Com relação ao Expositivo, Busse recorre à definição inicialmente proposta por Sella (2000) para explicar que este ladeador referencia o dado informacional exposto à apreciação do predicado nominal. Dos exemplos sugeridos por Busse, destacamos o seguinte recorte, no qual apresentam-se o Remissivo (sublinhado), o predicado nominal (em negrito) e o Expositivo (em itálico):

---

<sup>15</sup> O termo “ladeador” é tomado aqui, conforme a aceção proposta por Sella (2004), como referência aos elementos que contornam o predicado nominal.

(46) Diante de tais fatos, é imprescindível que haja denúncias, não só por parte da mídia ou candidatos oponentes, mas da população em geral, pois só assim vamos eleger bons líderes para nossa nação.

A partir dessa porção textual, a autora explica que o Remissivo ambienta o referente de forma que o conteúdo submetido ao processo de asseveração esteja devidamente focalizado. O conteúdo estende-se informacionalmente para o sujeito (Expositivo), já que qualifica o termo *denúncias*.

Conforme verifica Sella (2000), é comum o Expositivo apresentar-se sintaticamente como sujeito na condição de referente, uma vez que retrata o conteúdo sobre o qual o predicado nominal exerce condições de determinação.

Das contribuições de Sella (2004), Sella e Roman (2004) e Busse (2004), consideramos especialmente a distinção entre o predicado nominal em posição canônica (não deslocado, segundo as autoras) e em posição temática (deslocado). Em síntese, ambas as estruturas demarcam um ato asseverativo; contudo, a estrutura canônica sinaliza uma avaliação de teor mais descritivo, enquanto o predicado nominal em posição inicial revela a postura assumida pelo produtor diante do conteúdo expresso no sujeito. Além disso, acatamos a descrição do Expositivo; porém, nesta pesquisa, optamos por utilizar o termo “sujeito”, considerando-se especialmente a perspectiva de se verificar o perfil sintático atrelado ao conteúdo proposicional estabelecido no nível frasal e não no parágrafo.

A partir das reflexões expostas neste capítulo, de que o elemento em posição inicial sinaliza o tema da mensagem e, em particular, no caso do predicado nominal em posição temática, o posicionamento do produtor com relação ao conteúdo do sujeito, apresentamos, na seqüência, os passos que conduziram a seleção, organização e análise do *corpus*. A proposta de classificação apresentada está pautada nas considerações trazidas neste capítulo sobre posição sintática e

modalização, o que permite identificar movimentos de modalização acionados pelo predicado nominal.

### **3 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS* E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

São apresentados, neste capítulo, os procedimentos que conduziram a seleção, organização e análise do *corpus*, bem como algumas hipóteses lançadas com base nos dados coletados. Embora o enfoque da presente pesquisa referencie a análise de estruturas de nível frasal retiradas de redações produzidas por candidatos ao vestibular, detemo-nos rapidamente em alguns aspectos característicos de produções textuais em contexto escolar. No âmbito da presente pesquisa, o processo de produção textual presente nas redações de vestibular é reconhecido como uma prática de ensino sinalizadora de um processo particular de escrita, talvez exilado de um contexto interlocutivo real.

#### **3.1 Comentando o perfil das redações**

Os materiais didáticos que orientam a elaboração de redações no ensino médio dão ênfase a atividades de escrita cujo objetivo visa ao preparo das habilidades textuais e discursivas dos alunos para a produção da “redação do vestibular”. Embora seja possível perceber uma tendência em adaptar o ensino de produção textual com base nos conceitos de narração, descrição e dissertação, percebe-se que o texto dissertativo é a tipologia textual trabalhada de modo mais incisivo, tendo em vista sua recorrência em concursos vestibulares (PILAR, 2000).

Ainda que o texto dissertativo seja caracterizado nos materiais didáticos como uma produção em que se desenvolvem raciocínios e se apresentam argumentos para avaliar situações propostas como tema<sup>13</sup>, de acordo com Pilar (2000), os livros que se propõem a trabalhar com textos dissertativos normalmente apresentam orientações pautadas principalmente em uma estrutura canônica de redação (introdução, desenvolvimento e conclusão), em detrimento de elementos essenciais no processo de produção textual, como, por exemplo, objetivos comunicativos e a relação do produtor do texto com o público-alvo.

Essa prática de ensino reflete uma produção textual distinta, constituindo o que Dolz e Schneuwly (1997) denominam gênero escolar. Os textos produzidos em contexto escolar, segundo os autores, constituem um objeto de ensino cuja prática comunicativa é, em parte, fictícia. Mesmo sendo uma forma particular de comunicação entre alunos e professores, os textos elaborados na escola são desprovidos de qualquer relação com uma situação de comunicação autêntica, uma vez que a produção textual é instaurada com fins de avaliação. A escola passa a ser tomada como lugar de comunicação, e as situações escolares, como ocasiões de produção e recepção de textos. Os alunos, por sua vez, encontram-se em situações em que a escrita se torna uma condição necessária para a aprovação.

De modo semelhante, nos exames de vestibular, a produção textual tem como objetivo comprovar a competência lingüístico-discursiva do candidato em adequar seu texto ao contexto da prova, uma vez que sua aprovação compreende um dos requisitos para o egresso do candidato no ensino superior.

Embora seja possível verificar o uso de estratégias argumentativas a partir das quais os candidatos tentam estabelecer determinadas orientações conclusivas,

---

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, Faraco e Moura (1995).

observa-se certa fragilidade em termos de coerência e organização dos argumentos. Como as situações de produção não referenciam uma situação real de interlocução, os alunos não conseguem estabelecer vínculos geralmente esperados para o tipo de texto indicado. Além disso, a preocupação excessiva com o formato do texto faz com que os candidatos comprometam-se mais com esquemas pré-estabelecidos do que com a articulação dos movimentos argumentativos previstos para o desenvolvimento e sustentação de pontos de vista.

Procedimentos como apresentação da questão a ser discorrida, transmissão de dados, exposição e sustentação de opiniões e encaminhamentos conclusivos determinam uma espécie de “forma” mais ou menos obrigatória para a elaboração do texto. O enfoque na estrutura resulta, segundo Pilar (2000), em produções que se constituem na simples apresentação de causas e conseqüências de um fato, ou de aspectos positivos e negativos sobre um determinado tema, sem propiciar uma discussão que demonstre o posicionamento do produtor e lhe possibilite articular argumentos que convençam o leitor.

Embora reconheçamos que os critérios adotados para as instruções de elaboração de textos careçam de um tratamento mais detalhado e preciso, acreditamos que a análise de estruturas como o predicado nominal possa ser considerada uma tentativa de se verificar, mesmo que parcialmente, a forma como o candidato se comporta diante de uma determinada temática, em dada situação de interlocução.

### 3.1.1 Sobre a proposta

A proposta de produção das redações de vestibular, das quais foram retirados os recortes analisados, solicita do candidato a elaboração de um texto dissertativo a ser publicado em um jornal de circulação nacional sobre a temática “Os transgênicos, o homem e o meio ambiente” (ANEXOS, p. 115). Há referência, no manual do candidato, à discussão sobre a liberação ou a proibição do cultivo e do comércio de alimentos transgênicos no Brasil. Tanto a proposta como o tema sugerem uma construção textual pautada em informações relativas ao contexto imediato vivido pela sociedade brasileira, observando-se estratégias assentadas na apresentação e no conhecimento que se tem sobre o assunto, além da defesa ou refutação do ponto de vista do candidato.

### 3.1.2 Sobre a temática

Algumas leituras iniciais das redações revelaram a necessidade de se resgatar o contexto em que se inscreveram as informações que constam da proposta emitida pelo manual do candidato. Considerando-se que a temática em pauta retratou a discussão de um assunto considerado polêmico nos anos de 2003 e 2004, investigamos, em veículos de mídia, alguns dados e abordagens que pudessem ter servido como suporte para a produção das redações observadas.

Os alimentos geneticamente modificados, popularmente conhecidos como transgênicos, foram assunto de divergentes opiniões nos anos de 2003 e 2004, conforme já anunciamos. Em 25 de setembro de 2003, o governo federal sancionou

um decreto liberando o plantio e a comercialização da soja transgênica para a safra de 2004, que até então era proibida no Brasil<sup>14</sup>. Grande parte dos estados brasileiros apoiou esta medida, mas, no Paraná, o governo recusou-se, na ocasião, a liberar até mesmo a passagem de grãos transgênicos pelas rodovias do Estado. Para muitos agricultores que tiveram sua carga de soja barrada no Porto de Paranaguá, a decisão do governo estadual foi causa de grande revolta, mas para os ambientalistas, em sua maioria contrários à adoção de alimentos transgênicos, a medida tomada pelo governo foi motivo de comemoração.

Em pouco tempo, a discórdia entre governo, agricultores e ambientalistas chegou à opinião pública. A imprensa brasileira, ao oportunizar discussões sobre os aspectos positivos e negativos relacionados ao consumo dos produtos transgênicos, contribuiu também para que grande parte da população assumisse uma posição favorável ou contrária à transgenia.

Nesse cenário de contrapontos, tanto os “pró-transgênicos”, como aqueles que se manifestaram contra os alimentos modificados, utilizaram discursos repletos de justificativas com vistas à conquista de um maior número possível de adeptos a sua causa.

Dentre os argumentos favoráveis à transgenia, destacam-se fatores econômicos, sociais e científicos. Os produtos geneticamente modificados podem, segundo os pesquisadores, reduzir o custo da agricultura e evitar que grande parte da colheita seja desperdiçada. O cultivo de alimentos transgênicos parece requerer menos quantidade de defensivos agrícolas e água, o que permitiria aos agricultores aumentar a circulação de produtos no mercado e reduzir os preços. Com lastro

---

<sup>14</sup> Em 24 de março de 2005, o Congresso Nacional aprova lei da Biossegurança, cuja determinação autoriza a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) a assumir a competência pela liberação de pesquisa e plantio de alimentos transgênicos no Brasil.

maior para comercialização, os agricultores entendem que, além de aumentar a competitividade internacional, a aquisição de alimentos seria mais acessível, acabando de vez com o problema da fome.

Os ambientalistas, por sua vez, questionam os argumentos utilizados a favor da transgenia, pois reivindicam estudos científicos mais elaborados para comprovar que os OGM (organismos geneticamente modificados) não trariam prejuízos ao homem e ao meio ambiente. Além disso, há argumentos expostos para a comprovação de que o cultivo de produtos geneticamente modificados não significa redução de custos e maior competitividade no mercado internacional. O mais presente na mídia retrata a figura da Monsanto, única fornecedora de produtos geneticamente modificados. Neste sentido, a aquisição das sementes pode ser ainda mais cara do que os preços estipulados por fornecedores de produtos convencionais. Com relação ao combate à fome, ao contrário do que atestam os “pró-transgênicos”, os ambientalistas insistem em afirmar que este é um problema social gerado pela má distribuição de renda e não pela falta de alimentos.

Embora boa parte das redações tenha demonstrado tentativas de se manter um posicionamento imparcial, as discussões levantadas pela mídia e os argumentos apresentados na proposta de redação mostraram-se presentes no momento em que a defesa de um ponto de vista tornou-se inevitável. Isto leva a crer que, especialmente diante de assuntos polêmicos, o texto dissertativo dificilmente escapa à modalização, uma vez que o ato de argumentar pressupõe uma série de contrapontos e reflexões que inspiram um determinado posicionamento.

### 3.2 Seleção do *corpus*

Conforme anunciado anteriormente, dentre os recursos lingüísticos que propiciam suporte ao posicionamento do produtor, optamos por sistematizar ocorrências em que se sobressai o uso do predicado nominal. A princípio, foram analisadas 258 redações, em que se observou o uso do predicado nominal na ordem canônica (sujeito + predicado nominal) e em posição inicial (predicado nominal + sujeito), a qual denominamos, nesta pesquisa, posição temática. Neste momento, havia a perspectiva de se trabalhar com a unidade “parágrafo”. Esta tentativa demonstrou, conforme pode ser visto nos trabalhos de Sella (2004), Sella e Roman (2004) e Busse (2004), que essa unidade recobre porções que se explicam, na maioria das vezes, com recorrência ao nível discursivo de análise. Contudo, o pouco tempo ditou uma delimitação do enfoque da pesquisa em estruturas de nível frasal.

Algumas análises iniciais revelaram a necessidade de se organizar as ocorrências com predicado nominal a partir de sua posição sintática, uma vez que essas estruturas demonstraram orientações semânticas particulares. Nas ocorrências em que o predicado nominal mantém a posição canônica, verificaram-se instâncias constativas<sup>18</sup> de realização das informações, nas quais o produtor expõe uma espécie de descrição do conteúdo proposicional (exposto no sujeito). No recorte abaixo, por exemplo, a avaliação do produtor assume teor informativo, uma

---

<sup>18</sup> O termo “constativo” não está devidamente definido no interior do trabalho, haja vista o foco centrar-se na estrutura temática do PN. Ou seja, as atenções voltaram-se para o teor asseverativo. Porém, entendemos que a constatação reside em uma descrição menos engajada, quase que acessória, de um juízo de valor.

vez que o PN parece ser usado como recurso para descrever o conteúdo exposto no sujeito.

(47) A transgenia é um método que está sendo estudado na agricultura para produzir mais, gastar menos com venenos e lucrar mais com sua produtividade<sup>19</sup>.

A necessidade de subsidiar o leitor com detalhes a respeito do assunto abordado pode justificar a grande recorrência a este tipo de estrutura nos textos observados, já que o número de porções com PN em posição canônica foi mais representativo do que o número de ocorrências com PN anteposto ao sujeito. No próximo segmento, observa-se que a informação expressa muito mais a constatação de um fato do que um posicionamento, o que leva a crer que o PN nesta posição favorece uma avaliação mais descritiva, pois, embora muitas vezes exponha a opinião do produtor, apresenta aspecto informativo.

(48) No mundo em que vivemos, a distribuição de renda é altamente desigual.

Por outro lado, nos recortes em que aparece em posição temática, o predicado nominal apresentou-se como recurso à focalização da asseveração. Mesmo nas primeiras investidas de análise, percebeu-se que esta estrutura revela de imediato o pronunciamento do produtor do texto, demarcando a defesa de um ponto de vista. No momento em que foram comparadas as estruturas canônica e deslocada, verificou-se que, em ocorrências como (49) e (50), a anteposição do PN destaca a avaliação do produtor diante do conteúdo do sujeito, uma vez que o comentário é exposto logo no início do enunciado.

---

<sup>19</sup> Os recortes 47, 48, 49 e 50 foram retirados das redações analisadas.

(49) É preciso realizar mais pesquisas para a comprovação de que os produtos transgênicos são inofensivos à saúde e ao meio ambiente.

(50) É interessante observar a disparidade de opiniões que este assunto gera nas pessoas

Há, em (49), uma postura assumida que julga a realização da ação exposta no sujeito como necessária. No exemplo (50), percebe-se que o produtor tece um comentário que expressa sua avaliação sobre o conteúdo proposicional.

Considerando-se que o interesse centrou-se não mais no parágrafo, mas numa porção a ele atrelada, estabeleceram-se, então, dois grupos de ocorrências a partir da posição sintática do PN. Após análises revistas durante a orientação, foram agrupadas e novamente analisadas 31 redações, das quais selecionaram-se, em um primeiro momento, 46 recortes com predicado nominal tematizado. O processo de seleção pautou-se na retenção de ocorrências não redundantes e sinalizadoras de efeito de modalização; por isso, posteriormente, optamos por analisar 32 ocorrências tidas como representativas, o que gerou a redução do número de 31 para 29 redações.

Uma vez definida a seleção de recortes para a composição do *corpus*, o próximo passo foi organizar as ocorrências a partir dos movimentos acionados pelo PN em posição temática.

### **3.3 Organização dos recortes**

As ocorrências aqui consideradas revelam uma organização sintática que, por si só, representa um viés de sentido expresso pelo PN. A avaliação da posição sintática assumida respaldou-se, conforme pôde ser visto no Capítulo 2, nos estudos desenvolvidos por Halliday (1985), os quais indicam a incidência de uma relação tema/rema como definidora de estratégias que retratam determinadas intenções.

Do ponto de vista sintático-semântico, verificou-se que o PN em posição temática sinaliza uma certa orientação de modalização que incide sobre o conteúdo exposto no sujeito. Contudo, o enfoque desta pesquisa consiste apenas em apresentar o reconhecimento de que estruturas do tipo “é + predicativo” movimentam recursos modalizadores.

A observação dos graus de posicionamento tecidos pelo produtor do texto rendeu algumas tentativas para a organização dos recortes selecionados. Pareceu-nos mais adequado uma distinção a partir do teor do adjetivo, considerando-se os três tipos de modalização sugeridos pelos autores consultados.

Após análises de alguns recortes, levando-se em conta especialmente o teor de modalização acionado, percebemos, por um lado, um comportamento mais avaliativo, no qual o PN opera no sentido de evidenciar uma apreciação, e, por outro, a expressão de uma proposta pautada em uma determinada atitude considerada necessária ou mesmo obrigatória.

A partir da observação desses dois tipos de comportamento, decidimos propor uma divisão das ocorrências em grupos distintos, identificados, nesta pesquisa, como Avaliativo e Propositivo.

### 3.3.1 Predicado Nominal Avaliativo

A característica que demarcou a classificação das ocorrências neste grupo baseou-se, inicialmente, no grau de engajamento expresso pelo produtor do texto diante do conteúdo proposicional. Dependendo da posição assumida pelo produtor, observou-se que o predicado nominal pode veicular valores que oscilam entre níveis de certeza, probabilidade e possibilidade.

Percebe-se que o tipo de adjetivo utilizado retrata uma avaliação, porém no sentido de definir o conteúdo expresso no interior do sujeito, o que permite verificar que o teor de modalização veiculado pelo PN sinaliza o grau de envolvimento estabelecido entre a asseveração e o posicionamento do produtor. Há uma certa semelhança entre as ocorrências deste grupo e os traços que definem a modalização epistêmica, em particular os subgrupos asseverativo e quase-asseverativo: verifica-se a tendência, por um lado, de o produtor do texto mostrar-se isento de responsabilidade, e, por outro, de demonstrar alta adesão com relação ao conteúdo avaliado.

A constatação de dois tipos de comportamento entre as ocorrências tidas como avaliativas levou-nos a considerar a possibilidade de duas categorias distintas. Porém, após a revisão das análises e do referencial teórico, observamos que o teor avaliativo mantém-se em situações que expressam tanto noções de certeza como de possibilidade e probabilidade. Deste modo, optamos por manter um único grupo, classificando as ocorrências nos subgrupos abaixo descritos.

### 3.3.1.1 PN Avaliativo / Declarativo

Foram selecionadas, neste subgrupo, as ocorrências em que o predicado nominal pareceu retratar uma espécie de declaração inscrita pelo produtor diante do conteúdo exposto no sujeito. Percebeu-se, nos recortes analisados, um dispositivo no qual a avaliação firma-se de modo mais incisivo, demonstrando que o produtor assume total compromisso em relação à verdade ou falsidade do conteúdo proposicional. Observemos os exemplos abaixo extraídos do *corpus*:

(51)

Diante de tudo isso,	é difícil	esperar que algum agricultor pense se, ao plantar sementes transgênicas faria algum mal à saúde da população humana <sup>20</sup> .
<b>Remissivo</b>	<b>Predicado Nominal</b>	<b>Sujeito</b>

(52)

É notável	que, se corretamente funcionando, os produtos modificados poderiam ajudar a solucionar o grave problema da fome mundial.
<b>Predicado Nominal</b>	<b>Sujeito</b>

Embora seja possível perceber que a avaliação veiculada pelo PN *é difícil* reside em uma posição menos comprometedora, e pelo PN *é notável*, em uma posição mais incisiva, verifica-se, em ambos os exemplos, um pronunciamento pontual que implica uma espécie de comprometimento, o que leva a crer que o produtor assume mais abertamente o compromisso com a declaração.

---

<sup>20</sup> Vale relatar que os recortes avaliados, bem como as redações apresentadas nos anexos, foram transcritos exatamente da forma como foram produzidos.

Cabe relatar que a seleção de ocorrências com este tipo de predicado pautou-se, inicialmente, no teor de precisão veiculado pelo adjetivo em posição predicativa. Percebeu-se a recorrência a adjetivos que expressam um determinado grau de certeza quando fica evidente a intenção de se fazer uma afirmação categórica, uma vez que, ao admitir que possui competência para afirmar, o produtor do texto demonstra um grau elevado de conhecimento acerca do assunto em pauta.

### 3.3.1.2 PN Avaliativo / Hipotético

Neste subgrupo, foram selecionadas as ocorrências que retratam noções de possibilidade e probabilidade. O posicionamento assumido pelo produtor parece expressar uma espécie de “descompromisso” com relação ao conteúdo que está sendo avaliado, uma vez que o juízo de valor emitido equipara-se às hipóteses consideradas possíveis ou mesmo prováveis, mas que, de qualquer modo, não referenciam uma afirmação categórica.

Nos exemplos abaixo, observa-se que a noção de incerteza, embora evidencie um posicionamento, autoriza o produtor a asseverar, sem, contudo, assumir a responsabilidade com relação à verdade ou falsidade do conteúdo proposicional.

(53)

Diante dos fatos	é possível	afirmar que muitos produtores, principalmente de soja, ficariam nas mãos da Monsanto.
<b>Remissivo</b>	<b>Predicado Nominal</b>	<b>Sujeito</b>

(54)

É provável	que você nem saiba o que está comendo no café da manhã, almoço ou jantar
<b>Predicado Nominal</b>	<b>Sujeito</b>

O teor de incerteza expresso pelo adjetivo em posição predicativa parece revelar a decisão do produtor em manter-se neutro, uma vez que as noções de possibilidade e probabilidade expressam posicionamentos próximos à imparcialidade.

### 3.3.2 Predicado Nominal Propositivo

Os recortes selecionados neste grupo evidenciam a expressão de juízos de valor por meio dos quais o produtor expressa noções de necessidade e obrigatoriedade. Percebe-se uma relação estreita entre as ocorrências analisadas e os traços que definem a modalização deôntica, em particular os que estão situados no domínio do dever, da ordem e da conduta, pois o posicionamento do produtor aponta para uma proposta considerada não só adequada, mas necessária no contexto em que aparece. Observemos os exemplos extraídos do *corpus*:

(55)

É necessário	cautela em se tratando de alimentos
<b>Predicado Nominal</b>	<b>Sujeito</b>

(56)

É preciso	dar o investimento necessário e adequado à agricultura
<b>Predicado Nominal</b>	<b>Sujeito</b>

Nos recortes acima, observa-se que a postura assumida revela um tom prescritivo, uma vez que o produtor parece impor a realização da situação expressa pelo conteúdo proposicional, o que evidencia que a asseveração reivindica uma atitude do leitor.

### 3.4 Discutindo o perfil do sujeito

A partir das considerações apresentadas nas seções e subseções anteriores, observou-se que o teor de modalização do predicado nominal em posição temática mantém uma relação direta com o conteúdo proposicional e o perfil sintático do sujeito. O perfil sintático (e, diríamos, semântico também) está atrelado ao desejo de retratação do conteúdo proposicional. Nos subgrupos de ocorrências, observou-se que a construção do perfil sintático do sujeito revela uma das opções que o produtor realiza na ambiência textual, o que, de certa forma, indica um determinado posicionamento.

Nos recortes em que o sujeito apresenta-se como uma oração reduzida de infinitivo, percebe-se que o teor de modalização acionado pelo predicado nominal recai diretamente sobre o conteúdo exposto no sujeito, permitindo que o leitor focalize ou um processo, ou ações mais afetivas. Como o infinitivo pessoal retrata o processo verbal em potência, isto é, exprime a ação substantivada pelo verbo, a asseveração assume um teor mais genérico, uma vez que o posicionamento do

produtor incide sobre uma determinada ação. Observemos os exemplos retirados do *corpus*:

(57)

É interessante	observar a disparidade de opiniões que este assunto gera nas pessoas.
<b>PN</b>	<b>Sujeito</b>

(58)

É possível	produzir alimentos mais nutritivos e baratos
<b>PN</b>	<b>Sujeito</b>

A comparação entre estes exemplos permite verificar, dependendo do tipo de verbo, a possibilidade de orientações diferentes. Em (57), percebe-se que o produtor chama a atenção do leitor para a consideração de um fato (*a disparidade de opiniões que este assunto gera nas pessoas*), o que permite verificar um comportamento mais reflexivo. Já em (58), observa-se que a asseveração é orientada a uma ação mais imediata, uma vez que o verbo *produzir* parece acionar a realização de uma ação concreta.

As análises de casos com sujeito expresso por uma oração reduzida levaram-nos a perceber uma estreita relação entre o comportamento deste perfil de sujeito e as ocorrências com sintagma nominal. Como o SN<sup>21</sup> focaliza uma ação que é substantivada, percebe-se que a incidência da modalização expressa pelo predicado nominal recai também sobre o conteúdo do sujeito, conforme ilustrado no exemplo abaixo:

(59)

---

<sup>21</sup> O termo “sintagma nominal” será referido, por vezes, pela abreviação SN.

É indispensável	uma pesquisa mais profunda
<b>PN</b>	<b>Sujeito</b>

A comparação entre as ocorrências revelou que o perfil sintático do próprio sintagma nominal pode também expressar um posicionamento. No exemplo (59), observa-se que o sujeito é composto apenas por um SN, enquanto em (60) há uma oração adjetiva fornecendo detalhes que descrevem ou esclarecem o núcleo do sujeito:

(60)

É necessário	um estudo minucioso	que leve em consideração a saúde e o meio ambiente e também a economia
<b>PN</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Oração adjetiva</b>

O uso da oração adjetiva, por sua vez, parece ocorrer principalmente quando o produtor quer especificar/detalhar certa expressão, pois percebe a necessidade de apresentar dados que introduzem informações consideradas essenciais para o esclarecimento do texto como um todo.

Enquanto se observa uma avaliação a respeito de uma ação propriamente dita nas ocorrências com orações reduzidas e com sintagma nominal, percebe-se que as orações desenvolvidas apresentam uma estrutura mais facilmente detalhada, e, às vezes, também modalizadora. A indicação de um responsável pela ação a ser realizada demonstra, conforme pode ser visto no exemplo abaixo, que o produtor dispõe-se a esclarecer os fatos expostos no conteúdo proposicional.

(61)

É preciso	que <b>o governo</b> invista no preparo do solo com resíduos de outras plantas.
<b>PN</b>	<b>Sujeito</b>

A substituição do sujeito, neste caso, por uma oração reduzida, permite verificar que a avaliação assume teor mais genérico, uma vez que o pronunciamento do produtor reivindica uma ação, porém sem indicar a quem a avaliação é encaminhada.

(62)

É preciso	investir no preparo do solo com resíduos de outras plantas.
<b>PN</b>	<b>Sujeito</b>

Embora o enfoque desta pesquisa seja, conforme mencionamos, verificar o teor de modalização veiculado pelo predicado nominal em posição temática, as considerações relatadas sobre o perfil sintático-semântico do sujeito auxiliaram no entendimento de que há certa relação entre essas estruturas, já que é o conjunto que fomenta o tom modalizador.

O relacionamento estreito entre o predicado nominal em posição temática e o sujeito rendeu algumas hipóteses baseadas no teor de modalização que esse tipo de estrutura gera nos espaços textuais em que aparece. Contudo, a classificação sugerida e a nomenclatura adotada não devem ser vistas como definitivas, considerando-se, especialmente, a composição e a limitação do *corpus*.

A classificação dos grupos de ocorrência com predicado nominal em posição temática apresentada neste capítulo representa uma tentativa de identificar funções observadas e destacadas para análise. Vale destacar que as considerações sobre modalização presentes no Capítulo 2 nortearam a classificação sugerida; porém, optamos por não nos ater aos rótulos epistêmico e deôntico, considerando-se que o

intuito não foi apenas identificar tipos de modalização, mas verificar o desempenho do PN e o relacionamento estabelecido com o conteúdo do sujeito.

## 4 ANÁLISE DOS RECORTES

A análise aqui presente retrata uma tentativa de verificar a aplicação das hipóteses levantadas no Capítulo 3, a partir da observação de funções exercidas pelo PN, na condição de elemento modalizador. Os quadros expostos nesta parte ilustram o agrupamento dos recortes coletados do *corpus* a partir da proposta dos grupos Avaliativo e Propositivo, bem como o perfil sintático-semântico do sujeito. As ocorrências tidas do grupo Avaliativo são apresentadas nos subgrupos Declarativo e Hipotético, conforme classificação apresentada no capítulo anterior. Foram utilizadas algumas representações para identificar o predicado nominal, as quais compõem a moldura do PN e o sujeito, segundo as indicações abaixo:

**Predicado nominal – negrito**

[Sujeito – entre colchetes]

*Remissivo – itálico*

(Ressalva – entre parênteses)

Cabe esclarecer que, embora na maior parte das ocorrências a análise proposta dirija-se especialmente ao relacionamento entre o predicado nominal e o sujeito, algumas vezes será feita uma referência à redação da qual foi retirado o recorte.

### 4.1 Grupo Avaliativo – PN Declarativo

A característica que demarca a afinidade entre os recortes aqui presentes corresponde ao grau de certeza veiculado pelos predicados nominais analisados. Relatamos o comportamento do predicado nominal diante do conteúdo exposto no sujeito, tomando como base o teor de modalização e o posicionamento assumido pelo produtor do texto.

Porções textuais	Identificação PN + sujeito
<p>1. <i>Diante de tudo isso, é difícil</i> [esperar que algum agricultor pense se, ao plantar sementes transgênicas faria algum mal à saúde da população humana].</p> <p>(Anexo B, redação 1)</p>	<p><i>Remissivo + PN Declarativo + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]</i></p>
<p>2. <i>Com as incertezas em torno dos transgênicos, é melhor</i> [esperar estudos mais completos sobre o assunto de se adotar ou não uso da biotecnologia].</p> <p>(Anexo B, redação 10)</p>	<p><b>PN Declarativo + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]</b></p>
<p>3. <b>É bom</b> [lembrar que a Argentina, Canadá e China já fazem uso dos grãos geneticamente modificados]</p> <p>(Anexo B, redação 08)</p>	<p><b>PN Declarativo + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]</b></p>
<p>4. <b>É interessante</b> [observar a disparidade de opiniões que este assunto gera nas pessoas].</p> <p>(Anexo B, redação 20)</p>	<p><i>Remissivo + PN Declarativo + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]</i></p>
<p>5. <b>É evidente</b> [que plantas geneticamente modificadas tem suas qualidades: são mais nutritivas, têm maior resistência, necessitam de menor água].</p> <p>(Anexo B, redação 03)</p>	<p><b>PN Declarativo + [SUJEITO - oração desenvolvida]</b></p>
<p>6. <b>É notável</b> [que, (se corretamente funcionando), os produtos modificados poderiam ajudar a solucionar o grave problema da fome mundial].</p> <p>(Anexo B, redação 20)</p>	<p><b>PN Declarativo + [SUJEITO (ressalva) - oração desenvolvida]</b></p>
<p>7. <i>Quanto ao meio ambiente, geralmente deixado de lado, é fundamental</i> [que haja pesquisas e rígida fiscalização]</p> <p>(Anexo B, redação 15)</p>	<p><i>Remissivo + PN Declarativo + [SUJEITO - oração desenvolvida]</i></p>

8. <b>É inadmissível</b> [o uso de experimentos ainda não testados].  (Anexo B, redação 28)	<b>PN Declarativo</b> + [SUJEITO - sintagma nominal]
---	--

Embora nos recortes deste grupo perceba-se que a modalização acionada pelo predicado nominal recai sobre o conteúdo expresso no sujeito, em alguns casos, observou-se que o próprio perfil sintático do sujeito e o conteúdo proposicional veiculam orientações voltadas ao leitor e à própria opinião do produtor. Essa observação permite agrupar, de um lado, as ocorrências 1 a 4, e de outro, as ocorrências 5 a 9. O primeiro grupo contempla adjetivos diretamente vinculados ao conteúdo proposicional (sujeito), o qual assinala na oração subordinada reduzida ações mais gerais, extensivas ao processo interlocutivo, enquanto nas ocorrências 5 a 9 percebe-se um enfoque maior no próprio juízo de valor emitido pelo produtor.

Nos recortes 1 e 2, observa-se que a presença de uma informação remissiva respalda o movimento estabelecido pelo predicado nominal, cuja função precípua é a de estabelecer um alerta diante da moldura que se traça para o conteúdo do sujeito. Embora a remissão desencadeada em *“Diante de tudo isso”*, no recorte 1, leve a crer que o predicado nominal estende a avaliação para hipóteses anteriormente levantadas, observa-se que não há, no texto, argumentos suficientes para corroborar essa expectativa<sup>22</sup>. Percebe-se que o recurso Remissivo evidencia, neste caso, não só a tentativa de estabelecer vínculos entre parágrafos, mas de apresentar uma espécie de justificativa para a asseveração expressa. O teor do PN permite verificar o posicionamento quanto ao conteúdo dado no sujeito, de forma a direcionar uma conclusão.

---

<sup>22</sup> Ver redação 01, ANEXO B.

Na ocorrência 2, o Remissivo ambienta a asseveração veiculada pelo predicado nominal, pois resgata uma série de informações arroladas no interior do texto que subsidiam a avaliação<sup>23</sup>. O levantamento de dados referentes ao conteúdo da asseveração demonstra que o ponto de vista defendido está relacionado ao conhecimento que se tem sobre o assunto em pauta. O posicionamento do produtor apresenta-se como uma conclusão que evidencia, portanto, a consideração de uma série de argumentos que lhe conferem autoridade para sugerir que o leitor avalie a hipótese em questão com cautela.

A consideração de informações presentes em veículos da mídia evidencia, em 3, um argumento selecionado como importante para o ponto de vista a ser defendido. Há um enfoque, neste recorte, a uma ação que solicita do leitor uma reflexão sobre o conteúdo selecionado, o que permite verificar a expectativa de participação do interlocutor na discussão proposta.

Do mesmo modo, percebe-se em 4 um relacionamento assentado entre a postura assumida pelo produtor e a expectativa de adesão do leitor. Embora a avaliação focalize a informação presente no sujeito, verifica-se um dispositivo que reivindica atenção maior do leitor. Desse modo, é o verbo *observar* que gera uma expectativa ora voltada para o leitor, ora voltada para o conteúdo que se ressalta.

Embora nos exemplos 5 a 9 a avaliação dirija-se ao conteúdo exposto no sujeito, há um enfoque maior no próprio juízo de valor emitido pelo produtor. O conteúdo proposicional é traçado sob forma de oração desenvolvida, e parece trazer implementação de detalhes que conferem ao conteúdo maior grau de relação com o PN. Há, em 5, um grau de precisão que se volta para a avaliação positiva do uso dos transgênicos, destacando o ponto de vista defendido. Observa-se que o

---

<sup>23</sup> Ver redação 10, ANEXO B.

posicionamento do produtor evidencia a constatação de um fato considerado verdadeiro, gerando a expectativa de que o leitor compartilhe da mesma opinião. A avaliação assume, neste contexto, um posicionamento mais comprometido, uma vez que retrata o domínio que o produtor possui sobre o conteúdo avaliado.

No recorte 6, percebe-se que, além de propiciar destaque à avaliação do produtor diante do conteúdo do sujeito, a asseveração sinaliza uma conclusão assentada na comprovação do fato mencionado. Como resultado de uma reflexão, o PN recobre uma constatação a ser partilhada com o leitor, o que, de certa forma, demonstra o compromisso que se firma entre o produtor e a procedência da asseveração.

Em 7, o Remissivo, além de situar a avaliação expressa pelo PN, insere um comentário que respalda a asseveração, propiciando mais subsídios para que a opinião do produtor se sobressaia. Percebe-se, nesta ocorrência, que o posicionamento do produtor insere-se de maneira determinante, uma vez que o conteúdo do sujeito é apresentado como uma exigência.

Cabe relatar que chegamos a considerar a possibilidade de incluir os recortes 7 e 8 entre as ocorrências do grupo Propositivo. Embora tenhamos percebido, nestes exemplos, uma tendência para um posicionamento prescritivo, observamos que os PNs *é fundamental* e *é inadmissível* não apenas reivindicam uma atitude, mas também expressam a avaliação que o produtor lança sobre o conteúdo dado no sujeito. Os PNs *é preciso* e *é necessário*, por sua vez, constituem o grupo Propositivo, porque o enfoque incide na necessidade e não na avaliação do produtor propriamente dita.

O recorte 8 evidencia uma correlação com o exemplo 4, pois a asseveração é também apresentada com o intuito de provocar uma reflexão. Porém, percebe-se, no

PN é *inadmissível*, um elo mais acentuado com a própria opinião do produtor, uma vez que o posicionamento assumido demonstra maior engajamento do que na ocorrência com o PN é *interessante*. Assim como em 7, percebe-se, no exemplo 8, que o leitor é acionado diante da expectativa de adesão.

#### 4.2 Grupo Avaliativo – PN Hipotético

As ocorrências selecionadas para este subgrupo referenciam casos em que a avaliação veiculada pelo predicado nominal se estabelece a partir da consideração de uma hipótese. Estabelecendo um paralelo com a modalização acionada pelo predicado nominal Declarativo, pretende-se verificar, nas análises abaixo, a postura assumida pelo produtor em enunciados que emitem noções de possibilidade e probabilidade. A consideração de verbos [+ concretos] e [+ intelectivos] pauta-se em Sella (2000), que se baseou em Fillmore (1976). Embora os objetivos da autora fossem alocados para a verificação de casos semânticos, nesta pesquisa estes traços (causais, provavelmente) servem para a simples distinção dos verbos utilizados nos recortes.

Porções textuais	Identificação PN + sujeito
9. <i>Através desses dois pontos de vista é possível</i> [perceber como a sociedade está em dúvida em relação à questão]  (Anexo B, redação 07)	<i>Remissivo + PN Hipotético +</i> [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
10. <i>Portanto, é possível</i> [concluir que os organismos geneticamente modificados são “bons”].	<i>Remissivo + PN Hipotético +</i> [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]

(Anexo B, redação 12)	
11. <i>Diante dos fatos é possível</i> [afirmar que muitos produtores, principalmente de soja, ficariam nas mãos da Monsanto].	Remissivo + <b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
(Anexo B, redação 13)	
12. <i>Com os avanços da engenharia genética agora é possível</i> [produzir alimentos geneticamente modificados, também conhecidos como transgênicos]	Remissivo + <b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
(Anexo B, redação 09)	
13. <i>Além da produção de transgênicos ter um custo reduzido, é possível</i> [criar alimentos mais resistentes a insetos e bactérias]	Remissivo + <b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
(Anexo B, redação 09)	
14. <b>É possível</b> [produzir alimentos mais nutritivos e baratos]	<b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - reduzida]
(Anexo B, redação 24)	
15. <b>É possível</b> [que para os ecologistas seja necessário mais estudos]	<b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - oração desenvolvida]
(Anexo B, redação 02)	
16. <b>É possível</b> [que estas sementes modificadas tragam conseqüências desagradáveis]	<b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - oração desenvolvida]
(Anexo B, redação 25)	
17. <i>Mesmo sendo proibido no Brasil é provável</i> [que estes “engenheirados” estejam fazendo parte de nossa alimentação].	Remissivo + <b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - oração desenvolvida]
(Anexo B, redação 04)	
18. <b>É provável</b> [que você nem saiba o que está comendo no café da manhã, almoço ou jantar]	<b>PN Hipotético</b> + [SUJEITO - oração desenvolvida]
(Anexo B, redação 14)	

Conforme já mencionamos, embora as análises focalizem especialmente o comportamento do predicado nominal e o relacionamento estabelecido com o sujeito, é importante considerar que grande parte das ocorrências tidas como hipotéticas está atrelada a uma informação remissiva. O resgate de comentários

anteriormente apresentados evidencia uma estratégia que visa à sustentação da hipótese expressa pelo predicado nominal.

No recorte 9, embora o Remissivo possa corroborar uma asseveração mais incisiva, como *Através desses dois pontos de vista, é visível que a sociedade está em dúvida com relação à questão*, a opção por modalizar hipoteticamente o enunciado autoriza o produtor a asseverar, sem, contudo, assumir qualquer responsabilidade. Percebe-se, neste exemplo, que o leitor é inserido no processo argumentativo, uma vez que a asseveração emite uma espécie de convite à reflexão.

A hipótese levantada em 10 apresenta-se como uma síntese do produtor do texto diante de argumentos expostos. Observa-se, neste caso, um apelo maior ao interlocutor, pois não só o Remissivo, como também o verbo *concluir* estabelece um vínculo entre os argumentos apresentados e a conclusão evidenciada.

No recorte 11, o Remissivo resgata informações que corroboram a asseveração expressa pelo predicado nominal. Percebe-se, nesta ocorrência, um pronunciamento cauteloso, pois, mesmo pautado em fatos que justificariam uma afirmação categórica (*Diante dos fatos*), o produtor opta por apresentar sua opinião apenas como uma possibilidade.

Nas ocorrências 12, 13 e 14, a presença de verbos de teor [+ concreto] orienta a avaliação do produtor ao conteúdo do sujeito, diferentemente dos três primeiros exemplos, cujo pronunciamento parece dirigir-se mais ao interlocutor. A asseveração em 12 se volta ao juízo de valor atribuído ao conteúdo do sujeito, o que permite verificar que a incidência da avaliação veiculada pelo PN recobre uma ação. A informação que antecede o PN fornece sustentação para que a hipótese apresentada seja considerada.

Já em 13, além de situar a asseveração, o Remissivo apresenta um dado considerado importante para o acolhimento da hipótese, pois acrescenta uma informação referente a uma ação já concretizada. Considerando-se, portanto, que a produção de transgênicos já tem um custo reduzido, a possibilidade de se criar alimentos mais resistentes firma-se de maneira mais convincente.

O recorte 14 focaliza, assim como as duas ocorrências anteriores, o plano das atitudes expostas no sujeito. Embora não apresente nenhuma informação para corroborar a possibilidade de se produzirem alimentos mais nutritivos e baratos, a imagem do produtor do texto não fica comprometida, uma vez que a asseveração não está assentada em uma afirmação, e sim em uma suposição.

A avaliação em 15 instiga uma reflexão firmada diante de uma possibilidade afirmada pelo produtor. Mesmo acionando um alvo intermediário (os ecologistas), a asseveração estabelece um relacionamento mais direto com o leitor, uma vez que o propósito, neste caso, não é afetar as ações praticadas pelos ecologistas, e sim fazer com que o interlocutor considere a hipótese apresentada.

Embora a avaliação, no recorte 16, adquira destaque diante da hipótese apresentada, o enfoque, neste caso, aponta para o conteúdo do sujeito. Percebe-se que o posicionamento assumido aciona um aviso de alerta para possíveis conseqüências relacionadas à adoção de alimentos transgênicos, o que, de certa forma, gera a expectativa de acolhimento.

Os recortes 17 e 18 distinguem-se das demais ocorrências em função do teor de modalização veiculado pelo PN. Ainda que situados no nível hipotético, os dois últimos recortes deste subgrupo estabelecem maior grau de engajamento do produtor, uma vez que a probabilidade emite um conhecimento indireto, permitindo que o produtor, mesmo sem afirmar categoricamente, construa uma inferência. No

recorte 17, observa-se que a informação remissiva acrescenta um dado concreto, o que faz com que a asseveração evidencie um teor próximo à certeza. O enfoque, nesta ocorrência, parece ser a própria opinião do produtor, uma vez que a asseveração se estabelece diante de uma hipótese que evidencia um juízo de valor. Já no recorte 18, percebe-se que a avaliação emitida pelo produtor instaura uma inferência que se manifesta em um momento de interlocução direta com leitor. Neste caso, verifica-se que a asseveração está pautada na dedução referente a uma provável ação praticada pelo leitor, demonstrando que o produtor assume um compromisso maior.

### 4.3 Grupo Propositivo

Os casos aqui apresentados retratam noções de necessidade e obrigatoriedade. A descrição dos recortes expostos no quadro abaixo representa uma tentativa de identificar a incidência da modalização, considerando-se especialmente a atitude do produtor do texto com relação ao conteúdo proposicional.

19. <i>Por fim, é preciso</i> [ter consciência na hora de fazer sua escolha]. (Anexo B, redação 02)	<i>Remissivo + PN Propositivo +</i> [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
20. <i>É preciso</i> [ter muita cautela] (Anexo B, redação 11)	<b>PN Propositivo +</b> [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
21. <i>É necessário</i> [aguardar estudos mais profundos e de maior confiabilidade quanto à nocividade à saúde] (Anexo B, redação 28)	<b>PN Propositivo +</b> [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]

22. <b>É preciso</b> [respeitar o universo e não destruir a natureza e a saúde das pessoas]  (Anexo B, redação 22)	<b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
23. <b>É preciso</b> [dar o investimento necessário e adequado à agricultura]  (Anexo B, redação 25)	<b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
24. <i>Por esses motivos é preciso</i> [tomar esse conflito como uma guerra fria]  (Anexo B, redação 18)	<i>Remissivo</i> + <b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - oração reduzida de infinitivo]
25. <b>É preciso</b> [que o governo invista no preparo do solo com resíduos de outras plantas],  (Anexo B, redação 25)	<b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - oração desenvolvida]
26. <b>É preciso</b> [que eles pensem um pouco no bem estar coletivo e tenham respeito ao meio ambiente].  (Anexo B, redação 29)	<b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - oração desenvolvida]
27. <b>É necessário</b> [que o governo tome cuidado ao tomar a decisão de adotar este tipo de produto geneticamente modificado]  (Anexo B, redação 25)	<b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - oração desenvolvida]
28. <b>É necessário</b> [cautela em se tratando de alimentos]  (Anexo B, redação 16)	<b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - sintagma nominal]
29. <i>Portanto, é necessário</i> [uma ampla discussão sobre o assunto].  (Anexo B, redação 17)	<i>Remissivo</i> + <b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - sintagma nominal]
30. <b>É necessário</b> [um estudo minucioso que leve em consideração a saúde e o meio ambiente e também a economia].  (Anexo B, redação 23)	<b>PN Propositivo</b> + [SUJEITO - sintagma nominal]
31. <b>É necessário, portanto,</b> [uma pesquisa mais ampla sobre o assunto]  (Anexo B, redação 27)	<b>PN Propositivo</b> + <i>remissivo</i> + [SUJEITO - sintagma nominal]
32. <b>É indispensável</b> [uma pesquisa mais profunda]  (Anexo B, redação 29)	<b>PN Declarativo</b> + [SUJEITO - sintagma nominal]

Nas redações analisadas, percebeu-se que as ocorrências classificadas como propositivas freqüentemente promovem o fechamento do texto, o que permite verificar que o teor do PN, nestes casos, subsidia o processo conclusivo que o produtor do texto impõe ao assunto em pauta. A recorrência a este tipo de predicado nominal entre os argumentos conclusivos levou-nos a perceber que há uma tendência para que o PN introduza uma espécie de solução para o problema discutido. Especialmente nos recortes com Remissivo, percebe-se uma espécie de “crédito informacional” a ser considerado no conjunto de informações que visam a validar a conclusão apresentada.

Nas ocorrências 19, 24, 29 e 31, observa-se que o Remissivo constitui a moldura da asseveração final, da qual o produtor do texto se serve para tecer a conclusão. A informação remissiva resgata informações que constituem uma espécie de justificativa para a asseveração, demonstrando que a conclusão está pautada em dados anteriormente avaliados.

É importante relatar que uma comparação entre as ocorrências deste grupo e os casos selecionados no grupo Avaliativo foi necessária. Percebeu-se que, enquanto no grupo anterior os enunciados tendem a focalizar a avaliação do produtor diante do conteúdo presente no sujeito, as ocorrências do grupo Propositivo demonstraram um comportamento mais impositivo, uma vez que retratam uma dada necessidade, considerada pelo produtor. O juízo de valor, nestes casos, não é só exposto, mas imposto, o que leva a crer que a expressão da necessidade reivindica uma ação do leitor/interlocutor. Contudo, observamos que, embora a participação do leitor pareça ser sempre acionada, em alguns casos, a incidência da modalização se volta ora ao interlocutor, ora ao conteúdo proposicional.

Nos seis primeiros recortes (19 a 24), percebe-se que o produtor dirige-se ao leitor para reivindicar a realização da ação retratada no interior do sujeito, o que permite verificar que a asseveração focaliza um processo interlocutivo em que se reclamam atitudes. Nas ocorrências 19, 20 e 21, é possível perceber que a modalização acionada pelo predicado nominal possui caráter de advertência, uma vez que evoca a atenção do leitor para que a ação a ser realizada/solicitada seja considerada com cautela. Observa-se, nestes casos, que o pronunciamento do produtor, embora ainda impositivo, dirige ao leitor uma espécie de conselho, uma vez que a ação em evidência estabelece uma relação de necessidade e não de obrigatoriedade.

Já em 22, 23 e 24, percebe-se que o conteúdo e perfil sintático do sujeito demonstram maior imposição, pois a ação que está sendo reivindicada recobre não apenas um alerta para o leitor, mas uma obrigação. A asseveração se instaura, deste modo, como uma exigência requerida pelo produtor, pressupondo uma relação hierárquica na qual o leitor é submetido a uma espécie de prescrição imposta pelo produtor.

Os recortes 25, 26 e 27 demonstram, por sua vez, que a avaliação está mais centrada no conteúdo que acena para receitas. Observa-se que o produtor procura agir sobre o leitor, acionando um alvo intermediário, isto é, o responsável pela realização da ação. A proposta, nestes casos, é apresentada com um sentido de sobreaviso, para que o leitor reivindique, juntamente com o produtor, uma atitude. A asseveração estabelece, portanto, uma espécie de obrigação entre os interlocutores, haja vista que produtor e leitor assumem papéis que os responsabilizam pela reivindicação apresentada. Nos exemplos 25 e 27, embora a asseveração dirija-se ao leitor, percebe-se que há um enfoque expressivo orientado a uma ação a ser

praticada pelo governo. Do mesmo modo, no recorte 26, a remissão às atitudes dos produtores rurais demonstra que o produtor do texto, ao identificar o responsável pela ação, chama a atenção do leitor para que considere atentamente a quem o comentário se refere.

Com relação ao recorte 28, percebe-se que a modalização acionada assume, assim como ocorre nos exemplos 19, 20 e 21, um tom de “receituário”, uma vez que a asseveração inscreve uma proposta que orienta o leitor, e mesmo o próprio produtor, sobre uma atitude a ser tomada. Os exemplos 29 a 32 por sua vez, assemelham-se aos recortes 22, 23 e 24, uma vez que evidenciam a necessidade de que certas ações devam ser promovidas.

Embora seja possível perceber que a postura assumida pelo produtor no recorte 28 expresse um grau de engajamento diferente do que se verifica nas ocorrências 29 a 32, observa-se uma semelhança entre estes quatro últimos casos e o comportamento expresso pelo predicado nominal nos recortes 19, 20, 21, 22, 23 e 24. A asseveração recai, em todos esses casos, sobre o conteúdo do sujeito, o que permite verificar a expectativa de cumprimento de uma determinada ação. Fazemos essa comparação tomando como base o fato de que o sintagma nominal parece pressupor uma ação já concluída, o que significa que o SN indica a ação, e não o processo. Por exemplo, no recorte 28, a inclusão do verbo *ter* apenas verbalizaria a ação declaradamente expressa pelo sintagma nominal *cautela*:

(63) É necessário [ter] cautela em se tratando de alimentos.

Do mesmo modo, é possível observar que os sintagmas nominais *uma ampla discussão, um estudo minucioso, uma pesquisa mais ampla e uma pesquisa mais*

*profunda* tornam-se mais incisivos se houvesse a acomodação de verbos como os expressos, por exemplo, em 20:

(64) Portanto, é necessário [realizar] uma ampla discussão sobre o assunto.

(65) É necessário [desenvolver] um estudo minucioso...

(66) É necessário, portanto, [realizar] uma pesquisa mais ampla sobre o assunto.

(67) É indispensável [realizar] uma pesquisa mais profunda.

Cabe ressaltar que os quatro últimos recortes demonstram que o perfil sintático do sujeito pode influenciar o efeito modalizador do PN, haja vista que, no grupo Propositivo, o PN *é preciso* dificilmente acomodaria um sintagma nominal.

A partir das análises promovidas neste capítulo, é possível verificar, portanto, que a incidência da modalização acionada pelo predicado nominal em posição temática nos recortes dos grupos Avaliativo e Propositivo mantém uma relação de dependência não só com o adjetivo em posição predicativa, mas também com o perfil sintático-semântico do conteúdo exposto no sujeito.

Nos recortes em que o sujeito referencia uma ação (nas orações reduzidas de infinitivo), o pronunciamento do produtor assume, geralmente, um tom mais genérico, diferente do que se verifica nas ocorrências com orações desenvolvidas, as quais parecem retratar um comentário mais direcionado. Porém, especialmente nos casos com reduzidas de infinitivo, percebe-se que o perfil semântico do verbo determina orientações semânticas específicas.

Vale retomar que, no grupo Avaliativo, observamos que a modalização expressa pelo PN recai diretamente sobre o conteúdo expresso no sujeito. Porém, verifica-se, em 12, 13 e 14, que a presença de verbos que possuem teor [+ concreto] focaliza a realização de uma ação, enquanto os recortes com verbos de teor [-

concreto], como nos casos 1 a 4 e 9, 10 e 11, apresentam uma espécie de proposta à reflexão.

No grupo Propositivo, do mesmo modo, percebe-se que modalização nas ocorrências 19, 20 e 21 evoca a atenção do leitor para que a proposta apresentada seja analisada, diferente do que ocorre nos recortes 22, 23 e 24, nos quais se verifica um comportamento mais impositivo, em que se reivindica uma tomada de atitude. Nestes casos, são os verbos *dar*, *respeitar* e *tomar* que conferem à ação uma característica mais imediata, enquanto em 19, 20 e 21, os verbos *ter* e *aguardar* demarcam um teor mais reflexivo.

As orações desenvolvidas, por sua vez, acionam um alvo intermediário: nos casos do grupo Propositivo, o responsável pela ação, e no grupo Avaliativo, o item submetido à avaliação. A asseveração, nestes casos, dirige-se ao leitor, porém o sujeito da desenvolvida torna-se o foco sobre o qual recai o comentário do produtor.

Com relação ao sintagma nominal, observou-se, conforme relatamos anteriormente, uma estreita relação com os casos em que ocorrem orações reduzidas de infinitivo, em particular as ocorrências com verbos de teor [+ concreto]. Isso porque, nos recortes analisados, percebeu-se que os sintagmas nominais referenciam ações [+ concretas], conforme pôde ser visto no recorte 8 do grupo Avaliativo, e nas ocorrências 28 e 29 do grupo Propositivo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, procurou-se demonstrar a relevância do estudo sintático-semântico de estruturas asseverativas presentes em redações produzidas por candidatos ao vestibular. O interesse em promover uma análise neste contexto reflete uma consideração diante das dificuldades enfrentadas por professores de língua portuguesa e alunos do ensino médio, considerando-se que a prática de ensino orientada à produção textual nesta etapa escolar tem demonstrado a necessidade de se lançar um olhar mais direto às estruturas que veiculam a postura assumida pelo produtor do texto. Não sendo possível, no âmbito desta dissertação, abarcar todos os aspectos relativos aos recursos que mobilizam a argumentação no texto, optou-se por promover um estudo centrado apenas em ocorrências de nível frasal em que se sobressai o uso do predicado nominal em posição temática.

Durante o percurso traçado para o desenvolvimento da análise pretendida e sustentação das hipóteses levantadas, buscou-se demonstrar que a unidade “predicado nominal + sujeito” representa uma estrutura de teor asseverativo por meio da qual o produtor do texto mobiliza esforços para que seu posicionamento seja devidamente assegurado.

A posição temática serve como parâmetro para o reconhecimento, no plano sintático, de um tipo específico de organização semântica. Considera-se que a análise de estruturas lingüísticas pode revelar relações semânticas que evidenciam a postura assumida pelo produtor do texto por meio de um determinado arranjo sintático.

Já é evidente que os manuais tradicionais raramente integram as funções sintática e semântica quando se propõem a analisar os elementos lingüísticos. Especificamente com relação ao tratamento dispensado ao predicado nominal, observa-se uma descrição puramente sintática, já que o enfoque dado ao verbo de ligação limita-se a uma função meramente conectiva. Essa premissa se consolida, no interior da gramática tradicional, devido ao reconhecimento de que o verbo de ligação é um elemento desprovido de sentido, cuja função consiste apenas em unir o sujeito ao predicativo. A postura adotada pela gramática tradicional causa um certo estranhamento, tendo em vista que grande parte dos conceitos presentes nos manuais tradicionais toma como base a tradição gramatical grega, que, por sua vez, considera o verbo de ligação como o elemento essencial na expressão do julgamento.

Além disso, a anteposição do predicado nominal ao sujeito não é sequer mencionada pela gramática tradicional. Só há referência à estrutura “predicado nominal + sujeito” (embora não sejam estes os termos utilizados) na exposição sobre as orações subordinadas subjetivas, mas, mesmo assim, não há quaisquer comentários sobre a função semântica específica desta estrutura, nem uma comparação com a seqüência canônica “sujeito + predicado nominal”.

O elo entre os aspectos sintático e semântico estabelece uma dada coerência ainda pouco explorada no ensino de língua portuguesa. O exercício de se render ao real funcionamento dos mecanismos lingüísticos tem se mostrado muito urgente, o que nos leva a perceber que tentativas de se conciliar a sintaxe e a semântica contribuem para o amadurecimento de novos questionamentos e reflexões.

Recorremos, portanto, a propostas teóricas que subsidiam uma avaliação orientada ao teor modalizador do predicado nominal em posição temática. A

delimitação por uma descrição dos movimentos evidenciados em recortes textuais de nível frasal apontou para uma avaliação que concilia a posição temática e o teor de modalização acionado pelo predicado nominal. A proposta de Halliday (1985), pautada na estrutura temática da oração, forneceu-nos respaldo para uma avaliação da relação tema/rema, definindo o elemento em posição inicial com um valor carregado de intenções que expõem um determinado juízo de valor.

Do ponto de vista sintático-semântico, observou-se que o predicado nominal, ao ocupar a posição temática, sinaliza uma determinada postura com relação ao conteúdo exposto no sujeito. Essa constatação levou-nos a buscar subsídios teóricos para sustentar a hipótese de que este tipo de predicado nominal possui caráter modalizador.

Embora os estudos sobre modalização desenvolvidos por Parret (1988), Neves (1996), Castilho e Castilho (1992), entre outros, nem sempre focalizem o desempenho argumentativo do predicado nominal, as contribuições destes autores serviram como aporte para que pudéssemos verificar a função modalizadora desta estrutura, considerando-se principalmente funções mais específicas da unidade “PN + sujeito”.

Ainda que estivéssemos convencidos de que o predicado nominal em posição temática reúne condições que sustentam a modalização do enunciado, observou-se, no contexto da pesquisa, a presença de uma relação dinâmica em que os processos de asseveração instaurados no interior do PN e no conteúdo do sujeito realizam movimentos imbricados.

As sondagens realizadas levaram-nos a perceber que o teor de modalização veiculado pelo predicado nominal revela diferentes graus de comprometimento do produtor do texto. Por isso, observou-se a necessidade de se organizarem os

recortes tomados como objeto de análise em grupos distintos, os quais identificamos como Avaliativo e Propositivo. É preciso esclarecer, porém, que o limite imposto para a presente pesquisa reduziu o tempo de reflexão sobre essa hipótese.

No primeiro grupo, foram reunidas as ocorrências cuja orientação semântica insere uma espécie de avaliação do produtor do texto diante do conteúdo do sujeito. Observamos que o próprio teor do adjetivo encaminha a relação mais ou menos direta com referência ao conteúdo em foco, o que permite verificar que este tipo de predicado nominal pode veicular o grau de conhecimento e de engajamento do produtor acerca do assunto em pauta. A referência ao teor do adjetivo quando são discutidos recursos modalizadores justifica-se, segundo Koch (2004b, p. 53), devido ao reconhecimento de que a atitude subjetiva do produtor em face de seu enunciado pode traduzir-se em uma avaliação ou valoração dos fatos, estados ou qualidades atribuídas ao sujeito. Nas ocorrências com predicado nominal em posição temática, percebeu-se que o adjetivo utilizado retrata o grau de engajamento do produtor com relação à posição assumida, operando como índice de avaliação do conteúdo proposicional.

O compromisso com a avaliação firmada resulta da decisão de manter-se mais ou menos engajado, o que depende, de certa forma, do conhecimento que o produtor do texto dispõe sobre o assunto abordado. Essa constatação levou-nos a sugerir que os casos tidos como Avaliativos fossem subdivididos em ocorrências Declarativas e Hipotéticas.

No subgrupo Declarativo, incluímos os recortes que indicam um compromisso maior com a asseveração, muito embora se tenha considerado que há, neste subgrupo, posicionamentos que evidenciam maior e menor comprometimento. Percebe-se, por exemplo, que os PNs *é difícil*, *é melhor*, *é bom* e *é interessante*

evidenciam uma postura mais cautelosa se comparados às ocorrências com os predicados *é evidente*, *é notável*, *é fundamental*, *é indispensável* e *é inadmissível*.

Nas ocorrências selecionadas para o subgrupo Hipotético, percebeu-se que a avaliação retratada pelo predicado nominal focaliza não somente o acolhimento da proposição exposta no sujeito, mas uma hipótese que depende de confirmação. Observou-se que o juízo de valor emitido, nesses casos, equivale a suposições consideradas possíveis ou até mesmo prováveis, mas que, de qualquer modo, não implicam compromisso algum com relação à verdade ou falsidade da asseveração. Percebe-se, por exemplo, que embora o PN *é possível* insira uma avaliação menos comprometedora do que o predicado *é provável*, o processo argumentativo, em ambos os casos, se estabelece em torno de uma hipótese, sem reivindicar, portanto, qualquer envolvimento do produtor com a asseveração.

No grupo Propositivo, percebeu-se que a forma no imperativo, paralela, digamos, ao teor de *é preciso* ou *é necessário*, referenda um sentido propositivo, ou mesmo impositivo. A incidência da modalização veiculada pelo predicado nominal sinaliza, nestes casos, um estreito relacionamento com o leitor, uma vez que o produtor procura agir impondo a realização de uma ação. O ponto de vista do produtor apresenta-se como uma espécie de prescrição que deve determinar uma atitude futura.

Ainda que não discordemos da reflexão de Neves (1996) e de Parret (1988), de que o uso da estrutura “é + predicativo” referencia um recurso que visa a tornar o discurso impessoal, concluímos que, embora essa seja uma tentativa de manter-se neutro, o produtor do texto inevitavelmente expõe juízos de valor que denunciam uma postura assumida.

A avaliação do teor de modalização veiculado pelo predicado nominal em posição temática revelou, portanto, posturas em que o produtor do texto expressa o comprometimento assumido com a asseveração. Contudo, nos grupos propostos, verificou-se ainda que o perfil sintático do sujeito e o conteúdo proposicional estão a serviço do complexo de modalização. Reconhecemos, porém, que uma classificação a partir deste critério seria ainda muito prematura, haja vista a necessidade de se promover um estudo de cunho principalmente quantitativo.

Cabe ressaltar que as descrições relatadas nesta pesquisa refletem considerações ainda iniciais e que devem ser avaliadas quanto a sua pertinência em contextos mais amplos. O estudo de estruturas de nível frasal realizado nesta pesquisa demonstrou uma possibilidade de compreender as estratégias argumentativas arroladas no interior do texto, o que permitiu verificar a relação estabelecida entre o posicionamento do produtor e o próprio texto. Esperamos, contudo, ter contribuído, mesmo que minimamente, com a formação docente na área do ensino de língua portuguesa, em particular com o ensino da produção textual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 44. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ARISTÓTELES. **Tratados de Lógica (Órganon II):** Sobre la Interpretacion, Analíticos Primeros e Analíticos Segundos. Tradução Miguel Candel Smartín. Madrid: Biblioteca Gredos S.A., 1995.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Gramática de Port Royal**. Tradução Bruno Fregni Basseto; Henrique Graciano Muracho. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BARBARA, L.; GOUVEIA, C. A. M. Marked or unmarked: that's not the question, the question is: Where's the theme? **Direct Papers**, n. 45, Pontíficia Universidade Católica de São Paulo, Brazil; AELSU, University of Liverpool, United Kingdom, 2001.

BECHARA, E. **Moderna gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos lingüísticos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

BRASIL, Decreto nº 4.846 de 25 de dezembro de 2003. Regulamenta o art. 3º da Medida Provisória nº 131, que estabelece normas para o plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2004 e dá outras providências. **Casa Civil**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4846.htm)> Acesso em março de 2006.

BRASIL, Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Dispõe sobre as normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados. **Casa Civil** Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm)>. Acesso em 12 de março de 2006.

BUSSE, S. **Uma tentativa de descrição das macroestruturas sintático-semânticas geradas pelo predicado nominal em porções textuais retiradas de redações produzidas pelos candidatos ao vestibular especial/2002 da Unioeste**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2004.

CAMÂRA JÚNIOR, J.M. **Estrutura da língua portuguesa**. São Paulo: Vozes, 1984.

CASTILHO, A. T.; CASTILHO, C.M.M. Advérbios Modalizadores. In: ILARI, R.: **Gramática do português falado. Vol. 2**. São Paulo, Unicamp, p. 199-245, 1992.

CEGALLA, D.P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

CIÊNCIA HOJE, 20/04/2004. Produzido por MACHADO, P.A. L. Transgênicos: o controle legal. Disponível em <<http://cienciahoje.uol.com.br/869>>. Acesso em 15/10/2006.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**. Tradução G.S. Cordeiro. Faculdade de Genebra, n. 15, p. 5-16, 1997.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

FARACO, C. E. ; MOURA, F. M. **Língua e literatura**. 15. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FILLMORE, C. Em favor do caso. In: LOBATO, L. M. P. A. **A semântica na Lingüística Moderna**. O Léxico. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

GARDEIL, H. D., **Iniciação à filosofia de Sto. Tomás de Aquino**. Vol. I: Lógica. Disponível em <<http://www.microbookstudio.com/gardeilfilosofiatomasasuino.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2005.

GREENPEACE BRASIL, 14/12/2003. Brasil Melhor sem transgênicos. Disponível em: <[http://www.greenpeace.org.br/tour2004\\_ogm/noticias.php?pagina=16](http://www.greenpeace.org.br/tour2004_ogm/noticias.php?pagina=16)>. Acesso em 25/07/2005.

HALLIDAY, M.A.K. **Introduction to Functional Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

KOCH, I. G. V. **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2003.

\_\_\_\_\_. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2004a.

\_\_\_\_\_. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2004b.

LIMA-LOPES, R. E.; VENTURA, C. S. M. O tema: caracterização e realização em português. **Direct Papers**, n. 47, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brazil; AELSU, University of Liverpool, United Kingdom, 2000.

NEVES, M. H. de M. A modalidade. In: KOCH, I. V. (Org.) **Gramática do português falado**. Vol.6. São Paulo: Unicamp / FAPESP, p. 166-199, 1996.

NICOLA, J.; INFANTE, U. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1994.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Tecnocracia ou democracia?** Produzido por C. Cordovil. 2003. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/ofjor/ofc010720031.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2005.

PARRET, H. **Enunciação e pragmática**. Tradução Eni Pulcinelli Orlandi et. a.l . São Paulo: Unicamp, 1988.

PILAR, J. **O processo de escritura da redação de vestibular**: o argumento como elemento de sentido entre vestibulandos e avaliadores. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

SAVIOLI, F. P. **Gramática em 44 lições**. São Paulo: Ática, 1997.

SELLA, A. F. **Descrição da frase em língua portuguesa com base nos pressupostos da Teoria das Valências**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

\_\_\_\_\_. A argumentatividade que emerge do Predicado Nominal. **Revista de Estudos Lingüísticos XXXIII**, São Paulo, p. 158-162, 2004.

\_\_\_\_\_ ; ROMAN, E.C. Analisando o aposto e o predicado nominal. **Revista Uniletras**, n. 26: Ponta Grossa, p. 185-197, 2004.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. Comissão de Concurso Vestibular (CCV). Prova de Redação. Vestibular 2004. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/ccon/vestibular/2004/PROVA\\_REDACAO.pdf](http://www.unioeste.br/ccon/vestibular/2004/PROVA_REDACAO.pdf)> Acesso em: 25 out. 2005.

## **ANEXOS**

## **ANEXO A – Proposta de redação**

### **PROVA DE REDAÇÃO**

Concurso Vestibular 2004

#### **ORIENTAÇÃO GERAL:**

Há três propostas sugeridas para a redação. Você deve escolher uma delas e desenvolvê-la conforme as determinações solicitadas: tipo de texto, destinatário, linguagem mais apropriada, objetivo que deve ser alcançado.

#### **COLETÂNEA DE TEXTOS APRESENTADOS NAS PROPOSTAS:**

Os textos foram extraídos de fontes diversas e apresentam fatos, dados, opiniões, e argumentos relacionados com o tema de cada proposta. Eles não apresentam a opinião da banca examinadora: são textos como aqueles que estão disponíveis na sua vida diária de leitor de jornais, revistas e livros.

Ao elaborar sua redação, consulte a coletânea e utilize-a segundo as instruções específicas de cada proposta. Entretanto, atente para o fato de que não basta simplesmente copiar passagens ou partes de maneira aleatória. Elas só devem ser utilizadas de forma articulada à posição que você pretende defender. Você poderá utilizar-se de outras informações e argumentos que julgar relevantes para o desenvolvimento de seu texto.

#### **PROPOSTA 01**

Os avanços da engenharia genética, da biotecnologia e suas intervenções na natureza e na vida humana têm provocado muita polêmica.

## BRIGA DE FOICE

De um lado do ringue, estão os agricultores, favoráveis aos transgênicos; de outro, os ecologistas, que preferem esperar mais estudos.

PRÓS	CONTRAS
<ol style="list-style-type: none"><li>1. Não há comprovação científica de que os transgênicos causem mal à saúde ou ao meio ambiente.</li><li>2. Há uma redução do o custo agrícola com o uso de menos agrotóxicos.</li><li>3. A produtividade seria maior, favorecendo a competitividade internacional.</li><li>4. É possível produzir alimentos mais nutritivos e baratos, o que ajudaria a aplacar a fome mundial.</li><li>5. As chances de cruzamento entre as espécies comuns e as geneticamente modificadas são reduzidas.</li><li>6. Plantas modificadas são mais resistentes, precisam de menos água, toleram mais o sol e nascem em regiões áridas.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Não há estudos científicos que atestem que os transgênicos sejam inofensivos à saúde e ao meio ambiente.</li><li>2. Para se defender de agressores, a planta produz substâncias que podem ser tóxicas ou provocar alergias.</li><li>3. Os grãos podem dar origem a bactérias resistentes a antibióticos ou ervas daninhas e insetos que não sucumbem aos defensivos agrícolas.</li><li>4. Alguns mercados internacionais estariam dispostos a pagar até um terço a mais por produtos orgânicos ou sem alteração genética.</li><li>5. O plantio de grandes áreas pode reduzir a riqueza genética dos grãos e desequilibrar o meio ambiente.</li><li>6. Os produtores ficariam reféns da Monsanto, a principal fornecedora de produtos modificados.</li></ol>

*Revista Istoé, 1/10/2003*

Com base nos fragmentos acima e nos seus conhecimentos, elabore um texto **dissertativo**, para ser publicado em um **jornal**, manifestando **sua opinião sobre o tema “os transgênicos, o homem e o meio ambiente.**

## **ANEXO B – Redações – textos integrais**

### **1- Transgênicos: Solução ou Ameaça?**

O caso dos alimentos transgênicos vem causando muita polemica, pois há pessoas que são contra e outras a favor.

Diante de tudo isso, é difícil esperar que algum agricultor pense se, ao plantar sementes transgênicas faria algum mal à saúde da população humana, afinal não podemos esquecer que vivemos em um país capitalista, onde o valor da qualidade de vida está em baixa.

Sabemos que nada foi comprovado quanto aos danos que as sementes transgênicas podem causar a saúde do homem, mas enquanto a verdade não vem a tona, as pessoas não devem ingerir nenhum tipo de alimento transgênico, pois não sabemos que tipo de reação o organismo das pessoas terão ao ingerir alimentos geneticamente modificados. Tudo mostra que os transgênicos não seriam uma boa opção de consumo para as pessoas, pois para a planta não ser atacada por agressores, ela acaba produzindo substâncias tóxicas; substâncias essas que não podem fazer mal de imediato, mas para o futuro nada se sabe.

Portanto, se podemos plantar sementes naturais e ter a certeza de que teremos uma vida saudável, para que colocar em risco o que as pessoas têm de mais importante na vida que é a saúde.

## 2- Inofensivos ou não?

Com os avanços tecnológicos apresentados à sociedade atual a respeito da biotecnologia, surgem várias interrogações, por se tratar de um assunto que envolve tanto meio ambiente como a comunidade.

Ao passo que as pesquisas a respeito dos transgênicos vão sendo satisfatórias, ainda não podemos ter certeza se o consumo destes provocam algum malefício ao organismo humano.

De fato a mudança genética em certas plantas acelera o seu desenvolvimento, tornando sua produção mais eficiente e talvez mais nutritiva, favorecendo um plantio em grande proporção com a certeza de bons resultados.

O meio ambiente, por sua vez, acaba sendo prejudicado, pois reduz a fertilidade do solo causando grande desequilíbrio. É possível que para os ecologistas seja necessário mais estudos, ou seja, eles devem buscar soluções que amenizem as agressões para obter um solo que continue fornecendo grãos de boa qualidade.

Por fim, é preciso ter consciência na hora de fazer sua escolha e estar seguro de que optou pelo melhor para você e sua família.

### 3- Transgênicos?

Um dos assuntos mais discutidos hoje em dia é a respeito dos produtos geneticamente modificados, visto que, a produção desses alimentos é crescente em todo o mundo.

Recentemente, o governo do Paraná vetou a entrada e a saída de grãos supostamente transgênicos no estado, o que causou uma certa indisposição com outros governos.

É evidente que plantas geneticamente modificadas tem suas qualidades: são mais nutritivas, têm maior resistência, necessitam de menor água, a produtividade seria maior e o custo agrícola iria reduzir devido a diminuição do uso de agrotóxicos, só que o problema é que não há comprovação científica que ateste que essas plantas não farão mal à saúde e ao meio ambiente.

Com a mudança genética é possível que bactérias resistentes a antibióticos ou ervas daninhas e insetos não morram com o uso de defensivos agrícolas. Outro grave problema é que a maior fornecedora de sementes é a Monsanto, com isso os produtores ficarão subordinados a ela.

Os pontos positivos e negativos dever ser muito bem analisados, não há razão para que comprometamos nossos alimentos, nosso organismo e nosso ecossistema de maneira compulsiva e irracional.

Mais adequado seria esperar mais até termos em mãos os resultados finais dos estudos sobre os benefícios ou os malefícios dos transgênicos, depois disso sim, poderemos optar conscientes pela adoção ou vetação desses alimentos produzidos com os avanços da engenharia genética.

#### 4- O perigo dos transgênicos

Não é simples nem inócuo mexer com a natureza. Cientistas já vêm alertando para o perigo das manipulações genéticas, pois, não se sabem ao certo as vantagens dessas alterações.

A planta genética é aquela onde um gene, ou seja, um pedaço de DNA é retirado e substituído por outro que não existia na planta original. No ponto de vista comercial, há muitas vantagens decorrentes dessas modificações, os agricultores não gastarão com agrotóxicos, a produtividade aumentará podendo exportar mais, e os lucros para eles triplicariam. Mas e no ponto de vista ambiental e da saúde? Dezenas de mutações poderão ocorrer futuramente entre as plantas originais e as modificadas geneticamente, como por exemplo, uma empresa dos EUA (Estados Unidos) patenteou um gene classificando-o de “exterminador”, este, depois de plantado e colhido, produzirá sementes estéreis. Isso obriga o agricultor a comprar toda vez que for plantar, porém, o preocupante é que o pólen dessas plantas poderá ser levado com o vento e fecundando flores e outras plantas ao redor, desequilibrando o meio.

Mesmo sendo proibido no Brasil é provável que estes “engenheirados” estejam fazendo parte de nossa alimentação. O aparecimento de vírus e bactérias resistentes aos remédios já existentes, o surgimento de novas moléstias e até tumores cancerígenos podem ser consequência dessa tecnologia.

Por isso, muitos estudos deverão ser realizados e comprovados para a utilização segura dos transgênicos, evitando assim uma irreparável destruição do patrimônio e da humanidade.

## 5- Polêmica dos Transgênicos

Evidentemente os avanços na tecnologia sempre procuraram favorecer ao ser humano, que através de muitos estudos conquistaram grande êxito na ciência, porém, estamos vivenciando uma grande polêmica eminente em nosso país e em outras partes do mundo que é a questão dos transgênicos e suas conseqüências ao homem e ao meio ambiente.

Apesar de toda estrutura da tecnologia (biogenética), não há estudos científicos que comprovem os efeitos dos transgênicos. Manifestando, portanto, grande revolta dos ecologistas. Estes que possuem conhecimento não dos organismos geneticamente modificados, mas dos abalos que o meio ambiente esta sofrendo.

Ainda hoje a natureza é submetida a certas negligências e estupidez do ser humano que é desmatamento, poluição dos rios que acaba gerando um desequilíbrio ecológico. Ecologistas comprovam que se houver a extensão desse problema, se tornará um local inabitável, ou seja, por falta de conscientização somos levados a crer que estamos a caminho do nosso próprio extermínio.

É imprescindível insistir no fato que, como o meio ambiente já traz marcas de tanta agressividade, não se deve permitir o favorecimento dos transgênicos sem provas concretas do benefício ou malefício que ela pode provocar.

Em virtude disso, deveriam ser feitos mais estudos até obterem a comprovação do benefício dos transgênicos. Não se deve tomar medidas precipitadas, causadas pela ambição desmedida de alguns somente para favorecer interesses e a competitividade internacional, tendo em vista que está em jogo toda a humanidade.

## 6- A preocupação causada pelos produtos transgênicos

Os avanços da genética e da biotecnologia causam intervenções na natureza e deixam em dúvida a população, favorecendo agricultores e preocupando ecologistas.

Para os agricultores seria a melhor coisa a fazer, a produção iria aumentar, os custos diminuiriam com o uso de menos agrotóxicos. As plantas modificadas são mais resistentes, precisam de menos água e toleram mais o sol. Não existe nenhuma comprovação científica de que os transgênicos causam mal à saúde.

Mas se não tem nenhuma comprovação, seria perigoso. Qual seria a reação dos produtos transgênicos? Os ecologistas comprovam que os grãos podem dar origem a bactérias resistentes, pois para se proteger, as plantas produzem substâncias que podem ser tóxicas. Além disso, o mercado internacional pagaria bem mais por produtos orgânicos.

É preciso realizar mais pesquisas para a comprovação de que os produtos transgênicos são inofensivos à saúde e ao meio ambiente para que futuramente depois de bem estudadas serem produzidas sem nenhuma preocupação.

## 7- A polêmica dos transgênicos

Existe perante a sociedade um conflito em relação aos OGM (organismos geneticamente modificados). O tema possui pontos benéficos e maléficos que estão criando discórdia entre agricultores e ambientalistas.

Alguns julgam que os alimentos transgênicos representam a sociedade um avanço tecnológico, produzindo alimentos mais resistentes, reduzindo gastos, favorecendo populações carentes e até mesmo amenizando problemas econômicos e sociais.

Do outro lado existe os ambientalistas com um ponto de vista bem diferente. Eles alegam que esses alimentos possam causar alterações no meio ambiente, gerando super-pregas, eliminando insetos e bactérias benéficas ao ecossistema, gerando com o passar dos anos conseqüências piores do que as previstas.

Através desses dois pontos de vista é possível perceber como a sociedade esta em dúvida em relação à questão, pois enquanto não for provado que esses alimentos tragam benefícios ou danos para a saúde e economia, a população continuará sem um ponto de vista específico e claro em relação ao avanço da engenharia genética.

## 8- Os grãos que assustam

Atualmente os transgênicos têm causado polêmica. Produtores os defendem, ambientalistas os condenam; e no meio encontra-se a sociedade que não consegue decidir se fica contra ou a favor.

O tumulto que vem causando já era esperado, pois tudo o que é novo gera polêmica. Existem exemplos que podem ser lembrados, como a pasteurização do leite e a criação da vacina. Quando foram iniciados geravam muita resistência, chegando a gerar revoltas como a da vacina no Rio de Janeiro. Porém, hoje ambas nos proporcionam benefícios, chegando até a salvar muitas vidas.

Com os transgênicos é o mesmo processo; é possível que venha acompanhado de alguns danos, no entanto, é preciso avaliar com cautela os benefícios que podem ser promovidos. O Brasil é um país onde existe uma grande batalha contra a fome, que inclusive ainda mata muitos brasileiros; não se deve dar ao luxo de fechar os olhos para o que pode vir a ser a solução ou pelo menos parte dela.

É bom lembrar que a Argentina, Canadá e China já fazem uso dos grãos geneticamente modificados, e outros países na Europa já desenvolvem estudos visando à liberação do mesmo. Os governantes do Brasil precisam parar de se preocupar com os seguidores do Green Peace, e outros grupos barulhentos, que inclusive já foram contra outros inventos que hoje usamos e nos ajudam a salvar muitas vidas.

## 9- Fome Zero!

Com os avanços da engenharia genética agora é possível produzir alimentos geneticamente modificados, também conhecidos como transgênicos. A produção desses alimentos pode ajudar a reduzir gastos na produção de alimentos.

A produção de alimentos geneticamente modificados vem crescendo no Brasil, onde podemos citar a soja, já que o Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos.

A produção dos chamados transgênicos tem gerado uma série de discussões, principalmente nos estados do Paraná e no estado do Rio Grande do Sul. A produção desses alimentos deve ou não ser liberada pelo governo brasileiro? Criar uma lei para liberar a produção desses alimentos beneficiaria a população, já que o governo está com o programa Fome Zero.

No mundo não existe nenhuma pesquisa científica que comprove que os transgênicos causem algum mal à saúde ou à natureza, como muitos ecologistas afirmam. Além da produção de transgênicos ter um custo reduzido, é possível criar alimentos mais resistentes a insetos e bactérias.

A criação dos transgênicos é uma conquista para a humanidade, a produção desses alimentos pode trazer uma série de vantagens para a população, ajudaria a reduzir a fome, aumentaria as exportações, além de reduzir os gastos na produção de alimentos.

## 10- Biotecnologia

Com o avanço da agricultura também se desenvolveu a capacidade de criar organismos geneticamente modificados, sendo mais resistentes a ação das pragas das lavouras. Apesar de se obter um lucro maior no final da colheita, há muita discussão sobre alimentos transgênicos.

Hoje, a globalização a frente do mundo dos negócios, trouxe a discussão de que se fazer a adoção dos produtos transgênicos é um negócio lucrativo para o país, pois o custo de produção é reduzido e a produtividade é maior.

Mas ao contrário do que se espera da maravilha da biotecnologia, está o lado dos ecologistas que dizem que há muito que estudar para saber se haverá ou não prejuízo a saúde das pessoas e da natureza.

Com as incertezas em torno dos transgênicos, é melhor esperar estudos mais completos sobre o assunto de se adotar ou não uso da biotecnologia.

## 11- Você, seu habitat e os transgênicos

Não foram comprovadas as agressões que o uso de sementes geneticamente modificadas causariam no meio ambiente. Entre as defesas e os ataques aparecem os prós e os contras. Seria então uma planta mais resistente ao sol e a escassez de água? Os produtores ficariam nas mãos das principais distribuidoras de sementes? As plantas modificadas influenciariam na proliferação das pragas, insetos e bactérias? Seriam mais resistentes do que os defensores agrícolas que já são fortes?

É preciso ter muita cautela, pois o que já está na balança é o nosso alimento e a preservação do nosso habitat. Dependemos do meio ambiente para viver e mais uma vez ele precisa de você para se defender.

Deve-se cobrar das autoridades competentes pesquisas, claras e constantes sobre o que realmente está acontecendo, ou o que está influenciando a produção dos produtos transgênicos.

## 12- A Mão Santa

Os organismos geneticamente modificados (OGM) são, atualmente, a preferência nacional nos meios de comunicação. Eles trazem consigo muitas dúvidas, algumas sem solução até o momento.

Os transgênicos já são produzidos há mais de 30 anos, conseqüentemente, dizer que eles fazem mal à saúde pode ser não totalmente verdadeiro. A insulina humana é transgênica e não há registros de alergias, ela é obtida através da modificação genética de uma bactéria.

A embrapa produz feijão e algodão transgênicos, aquele possui 3 vezes mais proteína que o normal. Este é resistente às pragas, não sendo preciso utilizar agrotóxicos. Segundo dados do governo argentino, a soja transgênica produz até 30% a mais que a soja normal, obtendo-se um maior rendimento por hectare.

Portanto, é possível concluir que os organismos geneticamente modificados são “bons”, pois sua produção é mais barata por não utilizar agrotóxico ou utiliza-lo de maneira reduzida e por obter-se um maior rendimento. Novos medicamentos poderão ser criados, como é o caso da insulina.

Além do mais, as discussões a respeito dos transgênicos são mais político-comerciais do que com relação ao benefício humano, como o de combater a sub-nutrição pela ingestão de feijão transgênico produzido aqui mesmo no Brasil.

### 13- Transgênicos

Diante da polêmica levantada a respeito de produtos transgênicos é possível confirmar que existe muita desinformação em torno dos avanços tecnológicos empregados na produção de sementes modificadas.

Isso faz com que muitas pessoas, por não estarem a par da situação, fiquem questionando a respeito dos transgênicos, se vai ou não causar algum mal a saúde da população. O ponto principal a respeito do assunto é que existe uma certa preocupação dos produtores com a empresa Monsanto que é uma multinacional americana que detém o poder ou monopólio em cima das sementes geneticamente modificadas, porque foi ela que mudou o gen da planta, criando assim uma semente resistente a doenças e pragas e que produz mais com menos custos.

Diante dos fatos é possível afirmar que muitos produtores, principalmente de soja, ficariam nas mãos da Monsanto, tendo que comprar as sementes mais caras, pois as chances de cruzamento genéticos com outras sementes é quase impossível, porque a Monsanto codificou o gen. Caso algum país queira fazer estas alterações genéticas, terá que pagar royaltys para a Monsanto.

#### 14- Transgênico: A lei do mais forte

É provável que você nem saiba o que está comendo no café da manhã, almoço ou jantar pois os alimentos geneticamente modificados, chamados transgênicos estão cada vez mais tomando conta de nossas vidas.

O plantio do soja transgênico que era proibido no Brasil foi liberado no começo do ano por uma medida tomada pelo governo federal. Mas tratando-se de Paraná, essa medida não teve valor, pois o governo federal restringiu o plantio, transporte e também o embarque no Porto de Paranaguá da soja transgênica. Sem contar que esta atitude fez com que outros estados também proibissem o plantio, sendo este o caso do Mato Grosso do Sul que teve o plantio de transgênicos suspenso, porque não tem como escoar sua produção, pois necessita dos outros estados no escoamento da safra.

O transgênico é algo bastante complexo, pois só teve quatro semanas de experimento e em ratos. Ele poderia ser uma alternativa contra a fome, e é muito menos prejudicial a saúde humana, já que usam menos quantidade de veneno.

Porém fica a dúvida no ar, sendo transgênico, talvez afete o DNA dos insetos que agem como polinizadores nas lavouras de soja, ocasionando assim o aparecimento de super pragas ou também de um vírus mutante.

E agora de lado ficamos esta batalha de multinacionais? Pois por trás de tudo isso há sempre os verdadeiros poderosos.

## 15- Tecnologia desenfreada

A capacidade humana de desenvolver meios para adaptação e melhor qualidade de vida é observada desde os primórdios, quando uma comunidade desenvolveu a escrita, a roda, o fogo, entre outros. E essa necessidade de facilitar tudo é extremamente visível hoje, onde a tecnologia avança mais rápido do que a natureza e vai até que o próprio homem pode agüentar.

O que diria Mendel ao ver que seus estudos com simples ervilhas tiveram base para a nossa superdesenvolvida genética, que além da clonagem criou os transgênicos? Será que ele imaginava que iria gerar tanta discórdia? O que pode-se ver é o grande embate entre ecologistas e produtores, pois os transgênicos e seus efeitos ainda não são totalmente esclarecidos. Então, eles posicionam-se contra por haver a probabilidade de isso gerar alergias, doenças, toxinas e parasitas resistentes que prejudiquem o homem e o meio ambiente.

No entanto, deve-se observar os grandes benefícios que os transgênicos nos proporcionam. Eles são mais resistentes ao clima e pragas, e possibilitam maior produtividade com menos custo. Sem contar produtos que já foram e podem ser desenvolvidos como remédios, vacinas, antibióticos e outros que melhoram a nossa alimentação, como o arroz dourado e o tomate com maior teor de licopeno.

Os transgênicos continuarão a ser desenvolvidos, mesmo com muitas opiniões contrárias, afinal, há riscos que devemos correr. Então, nós, como brasileiros, devemos ter essa tecnologia para futuramente não dependermos de multinacionais de países desenvolvidos. Já o consumidor deve ter o direito de optar por eles ou não. Porém, para isso, deve haver informação nos rótulos dos produtos.

Quanto ao meio ambiente, geralmente deixado de lado, é fundamental que haja pesquisas estudos e rígida fiscalização para que ele não sucumba e entre em desequilíbrio.

## 16- Transgênicos: uma dúvida que persiste

Embora algumas pessoas já tenham uma opinião formada com relação aos transgênicos, a maioria dos brasileiros está em dúvida se devem ou não apoiar este avanço da biogenética. Os países estão cada vez mais buscando o avanço tecnológico em todas as áreas, inclusive na engenharia genética, e o Brasil não poderia ficar de fora.

Os transgênicos trazem melhorias para os agricultores, por serem mais resistentes que os orgânicos e com barateamento dos custos das plantações (conseqüentemente dos alimentos produzidos). Haveria um aumento no consumo e o mercado agrícola melhoraria, mas tem que se analisar se esta melhoria pe para todo o país ou somente para alguns. Teria que se esperar uma pesquisa e comprovação mais segura sobre o assunto antes de uma liberação definitiva.

É necessário cautela em se tratando de alimentos, pois não se tem uma confirmação de que esse novo tipo de cultivo seja inofensivo à saúde do homem e ao meio ambiente em que ele vive.

A divisão é grande, nem mesmo nosso Congresso Nacional tem uma posição única sobre o assunto. Os ecologistas estão preocupados com o meio ambiente e as conseqüências que tudo isso traz para o homem e os agricultores estão preocupados em expandir e melhorar suas plantações.

Há que se tentar chegar a uma conclusão visando o bem de todos e não o sucesso de alguns e desfavorecimento de outros. Somos um grão de areia em meio a esse enorme deserto, mas se cada um fizer sua parte, conseguiremos chegar onde queremos sem prejudicar o próximo.

## 17- Um Passo Adiante

A intervenção humana na natureza é prática antiga, remete ao domínio do fogo, a agricultura, mineração, métodos de irrigação, extração da madeira, e revela a ânsia do homem pela melhoria de suas condições de vida, sem a qual ainda estaríamos disputando áreas e alimentos com os demais habitantes do planeta.

A utilização de grãos geneticamente modificados ganhou destaque e virou polêmica por envolver enormes interesses econômicos de países, indústrias de implementos agrícolas, corporações de pesquisa em biotecnologia e agricultura. Pequenos e grandes assumem posições diversas sobre o assunto e tanto os favoráveis quanto os contrários aos transgênicos, têm suas reivindicações utilizadas como forma de pressionamento da opinião pública em favor dos interesses das grandes corporações.

Uma alternativa seria agir de acordo com o que já ocorreu anteriormente no caso da construção da hidrelétrica de Itaipu, onde os prejuízos em nome do avanço tecnológico e econômico foram amenizados e indenizados, a exemplo da remoção dos espécimes habitantes do local e indenização dos proprietários de terras alagadas e pagamento de royalties aos municípios lindeiros.

Portanto, é necessário uma ampla discussão sobre o assunto. Só assim será possível conscientemente optar ou não pela adoção de mais um avanço conquistado pela humanidade, embora acompanhada de possíveis prejuízos à natureza.

18-

Nem agricultores nem ecologistas fazem lei no Brasil. Proibido no estado do Paraná pelo governador Roberto Requião, o produto mundialmente conhecido como soja transgênica tem mostrado o quanto o governo federal esta corrompido e a população a parte da situação político-econômica do mundo.

Há pouco tempo, os Estados Unidos maior exportador de produtos agrícolas do planeta, sabendo do crescimento da produção brasileira, propôs pagar para o Brasil não plantar soja. Como grandes importadores europeus se comprometeram a comprar parte da produção nacional por serem produtos convencionais (não transgênicos), os agricultores brasileiros decidiram continuar e descartaram a proposta americana.

Como era de se esperar, os americanos não contentes com a decisão de nossos agricultores, resolveram, através da Monsanto, detentora da patente da soja transgênica, oferecer um produto alternativo com menores custos ao trabalhador do campo. Estes, alienados às intenções da estrangeira, se mostraram pouco patriotas e empunharam a bandeira do inimigo. Ignorantes ou não, quando a Monsanto resolver cobrar caros royalties, a semente comum estará mais escassa e por isso mais cara. Agora, se nossa produção tornar a incomodá-los, basta que os ianques diminuam a produção das sementes e pronto, o barato ficou caro.

Por esses motivos é preciso tomar esse conflito como uma guerra fria e não permitir que outras nações controlem o nosso comércio agrícola. Deve ser inviabilizado no Brasil a obtenção dessas sementes malignas, e as punições para quem insistir no erro devem ser severas. Enquanto considerarmos esses problemas comerciais como casos isolados, estamos desconsiderando nosso estatuto de nação soberana.

## 19- O homem transformador do meio

As constantes inovações tecnológicas e científicas bem como a interação dinâmica entre países advinda com a globalização, coloca em pauta as implicações desse processo sobre o meio ambiente o próprio homem, levando-o à reflexão quanto ao seu papel como agente transformador da natureza. Os transgênicos vêm refletir essa questão.

A busca por métodos cada vez mais eficazes que otimizem a produção e reduzam os custos tem levado agricultores a buscarem nas ciências essas soluções. Ocorre que ao lidar com recursos científicos e tecnológicos que agem nas características fundamentais dos produtos, tais como a engenharia genética e abitecnologia, possibilitadores dos transgênicos, por tratar-se de campos de conhecimento novos e pouco aprofundados, cria-se um impasse em virtude da falta de clareza e definição em relação ao benefícios e problemas que eles acarretam. Não obstante, este é um processo mundial e a economia globalizada não permite que algum país fique estagnado frente a discussão. Exemplo disso viu-se com a invasão de sementes de soja transgênica no sul do Brasil, provenientes principalmente da Argentina o que levou o governo brasileiro a tomada de posição quanto ao tema.

Há de se levar em conta que necessidades emergenciais como a fome precisam ser consideradas, mas toda atitude, sejam os transgênicos ou qualquer outra atire sobre o meio ambiente, deve ser minuciosamente discutida e apenas efetivada ao conhecer-se sua abrangência. Os governos dos países precisam criar medidas que permitam o desenvolvimento da produção dentro duma margem de segurança aceitável e conscienciosa. A discussão com a sociedade civil deve ser

alargada e, principalmente, a pesquisa científica mundial unificada deve ser promovida.

A humanidade já teve prova suficientes das conseqüências que atitudes impensadas causam à natureza e a si mesma. É necessário avançar sim, mas conscientes que somos parte do meio ambiente e não donos dele e que apenas o conhecimento pleno é estrada segura para a evolução.

## 20- Avanço discutível

Dentre tantas mudanças e avanços que nosso mundo enfrenta, nos deparamos mais recentemente com a questão dos produtos modificados geneticamente. É interessante observar a disparidade de opiniões que este assunto gera nas pessoas. Entre o medo do desconhecido e a vontade de encontrar melhorias, os transgênicos situam-se como ponto de interrogação para a maioria da população.

Muitos testes já foram realizados, mas nenhum deles pode provar ainda que os transgênicos façam bem ou mal à saúde e ao meio ambiente. Ainda assim, há prevenção em relação a quem ganhará com essa história do homem, através da ciência, tentar bancar Deus e, se realmente vale à pena arriscarmos a sagrada mãe natureza para algo que, não resultará somente em situações positivas.

Mas entre as controvérsias, configura-se a ganância, amiga íntima do ego humano. É notável que, se corretamente funcionando, os produtos modificados poderiam ajudar a solucionar o grave problema da fome mundial. Também seria ótimo menores preços, maior produção e mais concorrência, tudo isso com produtos de qualidade. A febre por evolução e sucesso, quando com bons propósitos, deve ser bem vinda. Entretanto, não somos tão ingênuos a acreditar que a melhoria de vida para a massa populacional mundial é o principal propósito dos defensores dos transgênicos.

Assim, entre afirmações e negações sobre os geneticamente modificados, percebemos que ainda há um longo caminho a ser percorrido em pesquisas nesta área. E enquanto isso, ao invés de nos preocuparmos com grandes inovações, seria

bom lidarmos com os problemas vitais que se apresentam, iniciando com um pouco de boa vontade e amor ao próximo.

## 21- Impasse biotecnológico

É no mínimo polêmica a discussão que vem se travando em relação aos transgênicos e em meio a tantas controvérsias, torna-se complicado para a população em geral compreender até onde vão as vantagens e desvantagens dessa biotecnologia.

A verdade é que esse é ainda um assunto obscuro e pela falta de conhecimento as pessoas acabam rejeitando como uma maneira de se proteger. Esse medo do desconhecido que assola a humanidade, esta talvez impedindo a área biotecnológica de dar um grande passo, tendo em vista as melhorias que a mesma pode nos proporcionar: menos custo e aumento da produção, alimentos com maior valor nutricional, enfim, fatores que podem ajudar a combater um problema mundial: a fome.

Então, surge o entrave que nos faz refletir: o Brasil é um exemplo claro de que a falta de comida está mais relacionada com a má distribuição de renda do que com uma pequena produção, de fato. Isso torna viável a conclusão de que a transgênia não é a solução mais eficaz para este problema e a adesão à mesma é tão desejada (diga-se de passagem, pelos agricultores) não por motivos sociais, mas sim econômicos, e que mesmo assim podem estar fadados a diminuir com o tempo.

Logo, analisando tanto do pondo de vista econômico quanto social, o melhor a se fazer é ao adotar essa medida temporariamente, pois há um grande mercado externo interessado em produtos sem modificações genéticas e uma grande população interna à mercê de todo esse impasse biotecnológico, sem saber ata que ponto comer alface com hormônios de rato pode fazer bem à saúde.

## 22- Os Transgênicos, o Homem e o Meio Ambiente

Pretendo neste texto explicar sobre os transgênicos, o homem e o meio ambiente, porque tem pessoas que querem os transgênicos e outras, os ecologistas, que não querem os transgênicos, pois os ecologistas preocupam-se com a natureza do mundo.

Os transgênicos são bons, porque os cientistas mudaram o código genético das plantas transformando-as e plantas mais fortes, mais resistentes às pragas e ao sol. Assim, o agricultor tem boa colheita e ajuda a exportação do Brasil melhorar. Também o preço da comida diminui e as pessoas pobres poderão comprar comida e acabar com a fome. Mas não é certo começar a plantar transgênicos se não se tem certeza das suas conseqüências, pode ser que no futuro eles irão trazer problemas de saúde às pessoas e desequilíbrio ao meio ambiente.

Os transgênicos são bons, mas precisamos ter certeza quanto à nossa saúde, porque os ecologistas já estão preocupados com as pessoas, que poderão ter doenças e o meio ambiente também. Os cientistas devem pesquisar mais estes alimentos, antes de usá-los.

É preciso respeitar o universo e não destruir a natureza e a saúde das pessoas.

## 23- Os transgênicos no nosso cotidiano

A sociedade brasileira vem debatendo sobre a veracidade das informações veiculadas pelos meios de comunicação, cientistas e políticos. O Governo Federal baixou uma lei autorizando o plantio e o consumo de alimentos geneticamente modificados em todo o Brasil, mas o Estado do Paraná baixou outra lei proibindo, dentro do território paranaense.

Somos consumidores de alimentos transgênicos, pois mesmo sem perceber, consumimos já há algum tempo produtos obtidos através da transgênia. Encontramos os transgênicos nos tomates, através de um corante utilizado para dar cor sustância, percebemos também a genética presente na carne através das vacinas e inseminações. Diante da forte oposição entre os dois governos, do crescente numero de informações prós e contras, a população fica aturdida sem saber como se posicionar em relação ao proposto.

Desta maneira, esperamos apenas mais pesquisas e comprovações. É necessário um estudo minucioso que leve em consideração a saúde e o meio ambiente e também a economia), haja vista que o nosso país é um dos maiores produtores de grãos do mundo. A população precisa ser conscientizada e ter o poder de escolha, reconhecendo os produtos modificados e os não modificados.

## 24- Os transgênicos que assustam

Todo avanço científico nos deixa animados ou amedrontados, geralmente por não sabermos quais os sintomas ou conseqüências de certas medidas.

As plantas modificadas são mais resistentes, precisam de menos água e toleram mais o sol. Nós, no entanto, ficamos observando os experimentos com espanto e preocupação. É possível produzir alimentos mais nutritivos e baratos, o que ajudaria a aplacar a fome mundial, pois conduziria a uma redução do custo agrícola com menor uso de agrotóxicos.

Por outro lado, não sabemos quais são as conseqüências do cultivo dos produtos transgênicos.

Nos últimos sete anos, os transgênicos vêm sendo cultivados no Brasil. Somos o segundo maior produtor mundial de soja e o governo não diz se plantar transgênicos é legal ou ilegal.

Portanto ficamos nesse impasse: Devemos ou não apoiar os transgênicos?

## 25- O plantio da semente

Há séculos que a ciência vem nos trazendo benefícios em muitas áreas, como na medicina, física e outros. Em algumas décadas, o investimento é direcionado á agricultura e em destaque está a engenharia genética.

O que está gerando uma certa polêmica é a real importância do consumo dos transgênicos e o benefício ou não à saúde e ao meio ambiente. É possível que estas sementes modificadas tragam conseqüências desagradáveis como a produção de sintomas alérgicos e o desenvolvimento de substâncias tóxicas. O simples fato de que há controvérsia é o bastante para colocar em dúvida este tipo de produto, que ainda esta em estudo. Entende-se que estão querendo mais o monopólio do produto da biotecnologia do que cientificamente comprovar definitivamente os benefícios do produto modificado.

O que a agricultura está realmente precisando é de investimentos como o barateamento os insumos agrícolas como alternativa para o plantio. É preciso que o governo invista no preparo do solo com resíduos de outras plantas, pois a retenção da umidade do solo dura mais tempo, o que garante mais qualidade e produtividade.

É necessário que o governo tome cuidado ao tomar a decisão de adotar este tipo de produto geneticamente modificado. É preciso dar o investimento necessário e adequado à agricultura para que no futuro não somem mais problemas a tão sofrida população.

## 26- Transgênicos: o perigo espreita sua casa

Os transgênicos são uma ameaça para o bem estar humano e ambiental. Embora algumas pessoas que são favoráveis à produção de alimentos com grãos geneticamente modificados utilizem o argumento de que a produção seria maior e esses alimentos seriam mais nutritivos, podemos assim saciar a fome mundial, a verdade é que já existem alimentos suficientes mas mal distribuídos entre a população.

Além disso, existem riscos de alergia, intoxicações, ou seja, efeitos nocivos ao homem. As expor os transgênicos ao meio ambiente, poderia acontecer algumas mutações, tornando bactérias, ervas daninha e insetos super resistentes a antibióticos e a defensores agrícolas respectivamente.

Há também a questão econômica. Apesar de que com os transgênicos o Brasil produziria mais, não é possível concluir que venderia mais, pois já começa perdendo as exportações de soja para a Europa que faz questão de importar grãos não GM.

Todos os anos teríamos que comprar sementes férteis da Monsanto, que detém o comércio e produção dos GM, pois as sementes que provem dos vegetais geneticamente modificados geralmente são estéreis.

## 27- Transgênicos: benéficos ou nocivos à saúde?

Você já parou para pensar nos produtos que estamos colocando nas nossas mesas?

Vimos com veemência através das mídias, o que se fala sobre os transgênicos, produtos que não se sabe ao certo se farão bem ou mal à saúde da população. Alguns países da Europa como a Alemanha, proibiram a entrada do produto devido à falta de comprovação científica de que o produto não causa malefício à saúde.

O governador Roberto Requião proibiu o embarque de soja transgênica através do porto de Paranaguá, mas os produtores questionaram a ação dizendo que se plantam a soja eles têm o direito de vendê-la para quem quiser. O fato é que o produto transgênico é mais barato do que o convencional e usa bem menos agrotóxico. Sabemos, porém, que essa planta geneticamente modificada pode causar sérios danos à saúde e ao meio ambiente; sendo que os produtores ficariam reféns da Monsanto, empresa que fornece insumos para o cultivo da planta.

É necessário, portanto, uma pesquisa mais ampla sobre o assunto além de investimentos pesados na descoberta de insumos que possam produzir a soja não transgênica com menos custo.

## 28- Solução ou problema?

Alguns grupos apresentam a biotecnologia como a solução de nossos problemas, e outros são radicalmente contra. Nossos lares são invadidos por informações através da mídia, dos diversos segmentos interessados nesta briga, tentando nos mostrar as vantagens e desvantagens da engenharia genética. Lucro, competitividade internacional, combate à fome mundial, e outros interesses estão presentes nesta briga.

Estudos sobre os transgênicos comprovam que a cada hectare plantado, o uso dos agrotóxicos é menor e a economia para o plantio é de 50% a 60%. É necessário aguardar estudos mais profundos e de maior confiabilidade quanto à nocividade à saúde. É inadmissível uso de experimentos ainda não testados. O governo tem que estar atento aos grupos que querem apressar o plantio dos transgênicos, além de criar uma política clara para a biotecnologia que atenda a preservação do meio ambiente e da saúde humana.

A biotecnologia que está sendo apresentada como a solução no presente, poderá ser o problema do futuro. O homem e a natureza em primeiro lugar.

## 29- Os transgênicos, o homem e o meio ambiente

Sou contra o uso dos transgênicos na agricultura, em virtude de não estar conhecidos os efeitos colaterais que poderão causar prejuízos à saúde das pessoas. É indispensável uma pesquisa mais profunda. O que se sabe por enquanto é que as sementes ficam mais resistente às ervas daninhas e insetos. Mas, fatalmente, as pessoas que consumirem esses produtos podem, por sua vez, ficar à mercê desses efeitos desconhecidos.

Os produtores não devem apenas objetivar lucros exorbitantes, é preciso que eles pensem um pouco no bem estar coletivo e tenham respeito ao meio ambiente. Neste momento de euforia sobre os transgênicos, é de grande utilidade mais esclarecimentos à população, até mesmo fazendo-se um plebiscito nacional para uma melhor conscientização.